

Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresa de câmbio some com R\$ 2 milhões de clientes 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe da Economia estuda retirar do IR dedução de gasto com saúde e ensino 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consignado é usado para 'fake news' 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf segue Judiciário e afasta cobrança de INSS 9

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Criptoeconomia debate limite da autorregulação 10

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Uso eleitoral da Lava Jato no 2º turno cria onda de autocrítica no Judiciário e no MP
..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

TCU sugere à Caixa suspensão de novos empréstimos do Auxílio 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera R\$ 1,53 bilhão para pagar atrasados do INSS 15

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Agência Brasil explica como funciona a biometria nas eleições 2022 16

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Análise: vender o almoço de amanhã para comer hoje 17

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo: qual é a regra de hoje para os reajustes? 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro acusa Lula de querer acabar com herança; petista não tem proposta sobre o tema
..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin promete IVA no lugar de cinco impostos caso Lula seja eleito 22

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Se ganharmos, vamos ter que começar a conversar com o Congresso já , diz Lula 24

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com Lula ou Bolsonaro, Congresso terá de correr para definir fonte para programa social	25
---	----

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mais de 70 milhões serão lesados se Guedes mudar reajuste do salário mínimo	26
---	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil deixa de usar quase R\$ 35 bilhões na ciência de 2010 a 2021	28
---	----

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bilionário hindu no topo do poder no Reino Unido	30
--	----

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Organização Trump começa a ser julgada por fraude e evasão fiscal	33
---	----

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

China surpreende mercado	34
--------------------------------	----

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Brasil é 100º em ranking da indústria	35
---	----

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula diz que "economia é o centro do debate"	36
--	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A força do agro (Editorial)	38
-----------------------------------	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Brasil retoma crescimento de forma desigual e convive com alta na pobreza	39
---	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Dólar dispara e Bolsa despenca sob "efeito Roberto Jefferson"	42
---	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Economistas veem Copom "anticlimático" nesta semana com proximidade da eleição	45
--	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Agronegócio brasileiro pode se beneficiar de novo mandato de Xi	46
---	----

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A saída é pelo centro (Artigo)	49
--------------------------------------	----

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado reduz para 5,6% projeção de inflação no ano	50
---	----

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

SUS perde R\$ 70 bi e está pedindo socorro - PEDRO CAFARDO	51
--	----

Terça-Feira, 25 de Outubro de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula junta Meirelles, Marina, Tebet e Arida em ato na PUC..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Dados de EUA, UE e China apontam para desaceleração global..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Desafios fiscais da China..... 54

Empresa de câmbio some com R\$ 2 milhões de clientes



Edis Henrique Peres

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) investiga a empresa Dólar Turismo e Corretora de Câmbio por não pagar a mais de 250 clientes que compraram "dólar futuro". O valor da dívida ultrapassa R\$ 2 milhões, e alguns consumidores relatam o prejuízo de mais de R\$ 100 mil. Ainda com o registro ativo na **Receita Federal**, o estabelecimento, que fica no Riacho Fundo I, deixou de atender o telefone em meados de maio e não deu novos posicionamentos às pessoas lesadas.

Levantamento exclusivo realizado pelo Correio revela que, ao menos, nove processos judiciais correm no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) desde 2021. O funcionário público Ricardo*, 44 anos, foi prejudicado pela empresa. O morador de Águas Claras registrou ocorrência na 29ª Delegacia de Polícia. "Fui indicado por amigos, já tinha comprado dois lotes anteriores, em 2018 e 2019, para viajar, e deu tudo certo. No entanto, dos valores que tinha para receber em novembro e dezembro do ano passado, não tive retorno", afirma.

Lucas*, 40, relata que perdeu mais de R\$ 100 mil. "Ela não fez a entrega do valor do contrato, vários amigos e familiares compraram o dólar futuro com ela, mas não tiveram retorno. No começo, ela dizia que não estava conseguindo fazer transferência. Depois, que tinha um problema no computador, e a última desculpa era que o dólar estava preso no Ministério Público", detalha o servidor público.

Mesmo com vários processos movidos contra a empresa e o atraso nos pagamentos, a proprietária, no começo deste ano, divulgou posts de venda de moeda estrangeira, com a novidade de aceitar a compra por cartão de crédito. O esquema funcionava da seguinte

forma: o usuário adquiria um determinado valor de dólar programado, com o desconto progressivo de acordo com o tempo de espera para retirar a quantia. Por exemplo, no banner divulgado em 10 de janeiro, quem comprasse a moeda para abril deste ano, pagaria R\$ 5,50. No entanto, quem programasse a retirada do valor para maio de 2023, pagaria R\$ 3,40 pela moeda norte-americana. A empresa também atuava na venda de euros.

Valentina*, 45, lembra que o advogado da Dólar Turismo tentou um acordo com alguns clientes. "Ele dizia que a empresa tinha declarado falência e que não adiantava entrar na Justiça, que ia demorar ainda mais tempo para a gente receber. Muita gente tentou assinar um acordo com ele, mas ninguém conseguiu receber realmente", protesta a contadora.

O Correio entrou em contato com o delegado-adjunto da 29ª Delegacia de Polícia (Riacho Fundo), Lúcio Valente, responsável pelo caso. Ele confirmou que as ocorrências dos clientes da empresa são concentradas na unidade, mas que o caso corre em sigilo. "Foi instaurado um inquérito e estamos investigando os fatos", garantiu.

Escritório fechado

Um dos últimos textos compartilhados pelo estabelecimento foi referente a um suposto cronograma de pagamento e a assinatura de um contrato de confissão de dívida pela proprietária da Dólar Turismo. "A empresa pede desculpas pelos eventuais transtornos sofridos por conta dos atrasos de pagamento e esclarece que vem se esforçando para organizar toda essa questão, de modo que ninguém saia prejudicado", ressaltou o **comunicado** feito em março.

Desde então, os clientes não tiveram mais informações da Dólar Turismo. Ao longo dos últimos três dias, o Correio tentou contato com a proprietária, mas sem sucesso. O Escritório de Advocacia Arantes, Coelho e Correia, responsável pela defesa da empresária foi procurado e não se manifestou.

Na tarde de ontem, a reportagem visitou a sede do escritório. O local estava fechado. Funcionários e vizinhos ouvidos pela equipe relataram que raramente alguém atende na sala comercial e que é frequente as

peessoas procurarem o espaço e não receberem nenhum tipo de atendimento. (EHP). O espaço está aberto para manifestações.

*Nomes fictícios a pedido dos entrevistados Colaborou
Arthur de Souza

Equipe da Economia estuda retirar do IR dedução de gasto com saúde e ensino

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu por escrito o fim dos descontos com despesas médicas e de educação no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A medida representaria uma economia de R\$ 30 bilhões para o caixa do governo e, assim, compensaria em parte as promessas que o presidente Jair Bolsonaro (PL), que concorre à reeleição, tem feito na campanha. O documento, obtido na íntegra pelo Estadão, tem dez páginas e anexos com sugestões de mudanças legislativas, e foi elaborado pela equipe da área fiscal do ministério após o primeiro turno.

Em nota ao Estadão, o ministro disse que "refuta a alegação de que pretende acabar com as deduções" e classificou a medida como "totalmente descabida de fundamento". A assessoria do ministro afirmou que "não reconhece a validade do documento" ao qual o jornal teve acesso e que estudos são feitos de forma corriqueira na pasta.

Ainda segundo apurou o Estadão, Guedes avisou sua equipe que descredencia qualquer dessas propostas. A interlocutores, ele avisou que a **Receita Federal** está fazendo estudos para aumentar a faixa de isenção, única medida que estaria acertada.

No documento, os técnicos preveem que, com a reversão da dedução das despesas médicas, a economia seria de R\$ 24,5 bilhões no ano cheio. Já o corte das deduções de despesas com educação permitiria um aumento de receita de R\$ 5,5 bilhões.

A lei hoje não estabelece nenhum teto para deduções de despesas médicas da base de cálculo do Imposto de Renda.

O limite para a dedução existe só no caso dos gastos com educação - é possível abater até R\$ 3.561,50 por dependente.

Com as promessas de Bolsonaro na campanha eleitoral para 2023, a equipe econômica passou a rediscutir propostas para contrabalancear o impacto das medidas de aumento de gastos e melhorar as contas públicas depois das eleições. O Centrão, base de apoio do governo no Congresso, tem defendido iniciativas como alternativas ao teto de gastos.

Além do corte que atingiria a classe média, o documento prevê manutenção do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600 (gasto extra de R\$ 52 bilhões), correção da faixa de correção da tabela do IRPF (R\$ 23 bilhões) e concessão de um 13.º para as mulheres beneficiárias do Auxílio Brasil que são chefes de família - esta última promessa anunciada um dia após o primeiro turno das eleições, no dia 3 de outubro.

TETO DE GASTOS. Juntas, essas três propostas teriam impacto de R\$ 86 bilhões no ano que vem. O problema é que não há espaço no teto de gastos, considerando a sua atual sistemática, para acomodar todos esses gastos extras já contratados pelo presidente. Na campanha eleitoral, o presidente renovou a promessa de ampliar para cinco salários mínimos (hoje, correspondentes a R\$ 6.060) a faixa de correção do IRPF (atualmente, em R\$ 1,9 mil).

A promessa de Bolsonaro para o IRPF foi seguida pelo expresidente Luiz Inácio da Silva, que lidera as pesquisas de intenção de voto, apesar da recomendação técnica dos especialistas do partido, que consideram que uma correção muito forte da faixa de isenção seria uma medida tributária regressiva.

Ou seja, que poderia aumentar as desigualdades do sistema tributário brasileiro que faz com que os mais pobres paguem proporcionalmente mais **impostos** do que os ricos.

A equipe de Guedes também recomendou a alteração da forma de correção de aposentadorias e pensões que são maiores do que o salário mínimo (hoje, R\$ 1.212). Essa correção é feita hoje pelo INPC, índice que é maior do que o IPCA.

Outra proposta apresentada pela equipe é a unificação dos pisos de saúde e de educação para Estados e municípios.

Algumas dessas medidas já vinham sendo estudadas desde o início do governo como parte da agenda liberal do ministro, e agora na eleição viraram problema para a equipe de campanha.

O foco da equipe econômica ao estudar essas propostas consideradas "duras" seria evitar a necessidade de pedir uma licença para gastar (waiver)

em 2023, como quer a equipe do ex-presidente Lula.

As sugestões

Quais são as ideias centrais da proposta

O documento

O estudo tem dez páginas e anexos com sugestões de mudanças legislativas e foi elaborado pela equipe da área fiscal do Ministério da Economia após o primeiro turno, sem aval do ministro Paulo Guedes

A retirada de deduções de despesas médicas

Os técnicos preveem que, com a reversão da dedução das despesas médicas, a economia chegue a R\$ 24,5 bilhões no ano cheio

A retirada de deduções de despesas educacionais

Já o corte das deduções de despesas com educação permitiria um aumento de receita de R\$ 5,5 bilhões

Como é hoje

A lei hoje não estabelece nenhum teto para deduções de despesas médicas da base de cálculo do Imposto de Renda.

O limite para a dedução existe no caso dos gastos com educação - é possível abater até R\$ 3.561,50 por dependente

O destino da receita que seria economizada

Os cerca de R\$ 30 bilhões economizados ajudariam a bancar parte dos benefícios previstos no documento, como a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 , a correção da faixa de correção da tabela do IRPF e a concessão do 13.º para as mulheres que são chefes de família do Auxílio Brasil, esta última anunciada um dia após o primeiro turno das eleições, no dia 3 de outubro. As três medidas teriam impacto de R\$ 86 bilhões em 2023

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Consignado é usado para 'fake news'

Guilherme Pimenta e Álvaro Campos *De Brasília e São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365?page=2§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365?page=2§ion=1

Carf segue Judiciário e afasta cobrança de INSS

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Carf segue Judiciário e afasta cobrança de INSS

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365

Criptoeconomia debate limite da autorregulação

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365

Uso eleitoral da Lava Jato no 2º turno cria onda de autocrítica no Judiciário e no MP

A presença do ex-juiz Sérgio Moro na comitiva que o presidente Jair Bolsonaro (PL) levou ao estúdio da Band no primeiro debate presidencial do 2º turno representou a volta do uso da Operação Lava Jato nas eleições, novamente contra o petista Luiz Inácio Lula da Silva. O movimento do ex-juiz, antes rompido com Bolsonaro, desencadeou insatisfação entre juizes e procuradores.

As críticas não ficaram restritas a alas garantistas e antigos críticos da Lava Jato, como se viu no passado. Nem aos apoiadores de Lula e do PT. Trata-se de uma onda de autocrítica entre membros da magistratura e do Ministério Público Federal que apoiaram a operação, e até mesmo atuaram em casos a ela conexos. Antigos colegas de Moro e Deltan Dallagnol passaram a defender quarentena para integrantes das carreiras jurídicas e até pedido de desculpas formal a Lula, em entrevista ao Estadão.

Eles não questionam a robustez das provas colhidas pela investigação do petróleo, que envolveu a devolução de bilhões por delatores e empresas. Estão insatisfeitos com os efeitos que a politização de agentes como Sérgio Moro e o ex-procurador Dallagnol, também eleito a deputado federal, podem ter nos autos de processos que deixaram para trás ao usar politicamente as investigações. A Lava Jato enfrenta uma série de anulações impostas pelo STF. O medo desse grupo é que esta atuação política provoque um estrago ainda maior e dê ensejo a questionamentos dos investigados.

Um deles é Anselmo Cordeiro Lopes, ex-coordenador da extinta força-tarefa Greenfield, que mirou escândalos de corrupção e desvios em fundos de pensão e na Caixa Econômica. Trata-se do último procurador a sustentar uma denúncia criminal contra Lula. Ela está na **Operação Zelotes**, em que o petista e seu filho são acusados de tráfico de influência e lavagem de dinheiro na operação de caças suecos. A ação está suspensa, e os outros dois procuradores que assinaram a denúncia foram declarados suspeitos pelo STF. A ação também está suspensa, mas não foi arquivada e permanece pendente de julgamento.

Ao contrário de Moro e Deltan, Anselmo não quer falar sobre os autos de seus processos. E afirma que o uso eleitoral das investigações é inapropriado e que a falta de imparcialidade de Moro acabou com a Lava Jato.

Quando Moro jogou a imagem de imparcialidade às favas, a credibilidade da Lava Jato e das instituições federais de combate à corrupção ruiu de forma irreversível - o dano ao legado da Lava Jato é permanente, diz.

O procurador vai além: defende inclusive um pedido de desculpas da Justiça e do MPF. Eu, se representasse a instituição, pediria desculpas sim, não só a Lula mas principalmente à população brasileira, em razão da influência política indevida gerada. Anselmo entende que a Lava Jato de Curitiba cometeu excessos, em especial contra o ex-presidente, e diz agora acreditar que a atuação de Moro hoje dá a impressão de que pode ter havido, por parte de alguns, o objetivo de excluir Lula das eleições de 2018?

Ao Estadão, Anselmo afirma que, se Bolsonaro não for reeleito, não acredita que sofrerá os mesmos excessos caso investigado, porque entende que as instituições passaram por um aprendizado e vão agir com mais prudência. Sobre a situação atual de Lula, ele resume, em um trecho de João 8:10-11, que sua avó Lourdes sempre citava: Mulher, onde estão aqueles teus acusadores? Ninguém te condenou? Nem eu te condeno; vai-te, e não peques mais.

Paira no Ministério Público Federal, em especial, o descontentamento com o apoio aberto de Moro a Bolsonaro. A força-tarefa Operação Greenfield, conduzida por Anselmo, assim como a Lava Jato, foi extinta pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, indicado pelo presidente no fim de 2020. No lugar destes grupos, foram criados Gaecos do MPF, que não têm a mesma estrutura de servidores e procuradores, nem conferem aos seus integrantes atribuição exclusiva para conduzir grandes investigações. Anselmo prefere não comentar questões do MPF.

Fora deste movimento mais crítico a Moro, o procurador Regional da República Bruno Calabrich ressalta ao Estadão que a herança da Lava Jato não depende apenas do ex-juiz. E que a operação contou com centenas de servidores, técnicos, e outros procuradores, além de auditores da **Receita Federal** e da CGU.

Questionado novamente pelo Estadão sobre sua

aliança com Bolsonaro, a quem acusou de interferir na PF, Moro diz manter as divergências com o presidente. Serei um senador independente e defenderei medidas que ampliem a eficiência da Justiça e a autonomia dos órgãos de controle .

Por exemplo, um mandato fixo para o Diretor geral da PF para que só possa ser demitido em caso de má conduta. Para PGR, defendo que se siga a lista tríplice e assim me posicionarei em eventual sabatina no Senado de alguém indicado pelo Presidente , afirma

Moro ainda diz que, quando juiz, aplicou a lei . Desmantelamos o maior escândalo de corrupção da história. As decisões de anulações são erros judiciais e quem deve ser cobrado são as pessoas que as proferiram. Agora, como Senador eleito, me posiciono contra Lula e seu projeto de poder corrupto. São momentos históricos diferentes .

Procurado, o ex-procurador Deltan Dallagnol não se manifestou.

+ Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. Clique aqui!

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/uso-eleitoral-da-lava-jato-no-2-turno-cria-onda-de-autocritica-no-judiciario-e-no-mp,4a40b9defe106f9522d28c1cbeeb292fbyi1vosq.html>

TCU sugere à Caixa suspensão de novos empréstimos do Auxílio

Constança Rezende Nathalia Garcia

O ministro Augusto Cedraz, do TCU (Tribunal de Contas da União), pediu à Caixa Econômica Federal que se pronuncie, em 24 horas, sobre possíveis irregularidades na concessão de empréstimos consignados aos beneficiários do Auxílio Brasil.

Em decisão desta segunda-feira (24), Cedraz pediu mais informações à Caixa para decidir sobre a interrupção, mas afirmou que isso não impede que o banco, por prudência, cesse imediatamente a liberação de novos valores a partir de empréstimos nessa modalidade "como medida de zelo com o interesse público", até que o tribunal delibere sobre o tema.

A iniciativa sugerida pelo ministro, segundo ele, poderia ser tomada pela Caixa até que o tribunal examine a documentação a ser encaminhada "e a entenda apta a demonstrar não estarem presentes as graves irregularidades sugeridas na representação".

O ministro ressaltou a urgência da análise devido "ao volume de empréstimos já concedidos e à velocidade de sua liberação" e disse que o prazo começará a ser contado a partir da notificação da Caixa.

A medida foi uma resposta à representação do subprocurador Lucas Furtado, do Ministério Público de Contas, que pediu a suspensão do empréstimo, com o objetivo de impedir a sua utilização com finalidade meramente eleitoral.

Em sua decisão, Cedraz pede que a Caixa encaminhe ao TCU pareceres, notas técnicas, resoluções e decisões colegiadas que tratem sobre precificação, critérios de concessão, taxas de juros, rentabilidade e inadimplência esperada.

Também solicita documentos sobre aprovação da linha de crédito para beneficiários do Auxílio Brasil e gestão de riscos associados a essa operação e que os autos do processo sejam encaminhados à presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O subprocurador do Ministério Público no TCU argumentou, em seu pedido à corte, que o ritmo acelerado de liberação de empréstimos consignados pela Caixa impõe dúvidas sobre as finalidades e o

respeito a procedimentos que salvaguardam interesses do banco e o interesse público.

Furtado disse que não é desarrazoado supor que o verdadeiro propósito dessas ações, "ou pelo menos da forma como elas vêm sendo conduzidas, seja o de beneficiar eleitoralmente o atual presidente da República, e candidato à reeleição".

"No cenário atual, com a aproximação do segundo turno das eleições e com as dificuldades enfrentadas pelo presidente nas pesquisas de intenções de voto, tudo indica tratar-se de medida destinada a atender prioritariamente interesses político-eleitorais, que relem o interesse público a segundo plano, com vistas à obtenção de benefícios pessoais em detrimento da população", disse.

A Caixa afirmou na noite de segunda que tomou conhecimento de despacho do ministro do TCU e que atenderá plenamente o pleito para apresentar em 24 horas a documentação comprobatória da regularidade dos procedimentos.

"Nos contratos que foram celebrados na data de hoje [segunda], a Caixa informa que não há previsão de liberação de valores financeiros referentes a essas solicitações, nas próximas 24 horas, cumprindo automaticamente a prudência recomendada", afirma o banco.

Em três dias úteis na primeira semana de operação, a Caixa liberou R\$ 1,8 bilhão em empréstimos consignados para 700 mil beneficiários do Auxílio Brasil e do BPC (Benefício de Prestação Continuada). A Folha solicitou dados atualizados, mas o banco disse que um novo balanço será divulgado "oportunamente".

A Caixa começou a oferecer o novo empréstimo no dia 11 de outubro, a menos de três semanas do segundo turno das eleições. A liberação das contratações do consignado é usada como trunfo na campanha de reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL), que terminou o primeiro turno atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O presidente Bolsonaro ampliou, assim, o uso da máquina pública a seu favor e disparou uma série de medidas voltadas para o público de baixa renda, como

antecipação do calendário do Auxílio Brasil, promessa de 13º para mulheres que recebem a renda assistencial em 2023 e autorização para uso do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) futuro no financiamento de imóveis.

No dia do lançamento da nova modalidade de crédito, a vice-presidente de gestão corporativa da Caixa, Danielle Calazans, afirmou que o anúncio antes do segundo turno "não foi nenhuma questão de fundo eleitoral".

Ela ressaltou que a medida foi amplamente debatida no Congresso Nacional, que o Ministério da Cidadania fez os ajustes regulatórios e que a Caixa é a operadora das políticas do governo federal.

A presidente da Caixa, Daniella Marques, tem defendido que os clientes poderão usar o consignado do Auxílio Brasil e outras linhas de crédito com menores taxas de juros para trocar dívidas mais caras ou para empreendedorismo. Ela diz ainda ter "autonomia técnica para exercer a presidência do banco".

A taxa de juros para beneficiários do Auxílio Brasil na Caixa é de 3,45% ao mês -abaixo do teto de 3,5% ao mês fixado pelo Ministério da Cidadania. No entanto, é maior do que a do crédito consignado para aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), de até 2,14% ao mês.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

75

Justiça libera R\$ 1,53 bilhão para pagar atrasados do INSS

Luciana Lazarini

A Justiça Federal liberou, nesta segunda-feira (24), o lote mensal de atrasados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) para aposentados, pensionistas e demais segurados que venceram uma ação de revisão ou concessão de benefício.

O CJF (Conselho da Justiça Federal) transferiu, no total, R\$ 1,835 bilhão para pagar RPVs (Requisições de Pequeno Valor), que são atrasados de até R\$ 72.720. O lote quitará um total de 142.102 processos, com 176.141 beneficiários.

Do total liberado aos tribunais, R\$ 1,53 bilhão são destinados a 81.657 processos previdenciários e assistenciais, como pedidos de revisão e de concessão de aposentadorias, auxílios-doença, pensões por morte e outros benefícios. Segundo o CJF, 105.880 beneficiários receberão os atrasados de ações ligadas a benefícios previdenciários e assistenciais.

Receberá o dinheiro neste lote quem tem uma RPV, como são chamados os atrasados de até 60 salários mínimos, com o pagamento autorizado pela Justiça em setembro de 2022.

A ação precisa ter sido finalizada, sem possibilidades de recursos do **INSS**, etapa que ocorre após o trânsito em julgado. Além disso, a Justiça precisa ter emitido a ordem de pagamento (fase que é chamada de requisição ou autuação do processo).

A data exata em que o dinheiro será liberado em uma conta da Caixa ou do Banco do Brasil depende do cronograma de cada tribunal onde a ação foi analisada. No caso do TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), que atende segurados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o dinheiro costuma ser liberado em uma semana.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50075>

75

Agência Brasil explica como funciona a biometria nas eleições 2022

Publicado em 25/10/2022 - 08:02
Agência Brasil - Brasília

Por

Cerca de 120 milhões de eleitores, número equivalente a 75% do eleitorado, foram identificados no primeiro turno das eleições pela biometria.

Apesar de ser utilizada desde 2008, a identificação biométrica virou polêmica nas eleições deste ano, após falhas na identificação e o trabalho de coleta das digitais que não tinham sido cadastradas anteriormente.

As medidas causaram filas e demora na conclusão da votação. Eleitores relataram ter ficado cerca de três horas na fila.

Com esse tipo de sistema, ao chegar à seção de votação, o eleitor apresenta documento com foto, título de eleitor ou o aplicativo e-Título para quem já tem biometria cadastrada. Em seguida, coloca a digital no aparelho que faz o reconhecimento, sendo liberado para votação na urna eletrônica.

De acordo com a Justiça Eleitoral, antes do uso da biometria, a identificação dos eleitores dependia exclusivamente do trabalho dos mesários que, por se tratar de intervenção humana, poderia ocasionar erros e fraudes na votação.

A identificação biométrica foi utilizada pela primeira vez nas eleições municipais de 2008, nos municípios de São João Batista (SC), Fátima do Sul (MS) e Colorado do Oeste (RO). Em seguida, nas eleições gerais de 2010, a biometria passou a ser utilizada em mais 57 municípios, e cerca de 1,1 milhão de eleitores ficaram aptos a votar dessa forma.

Nas eleições de 2014, os eleitores com biometria passaram de 21 milhões. Em 2018, o número passou para 85 milhões, chegando a cerca de 120 milhões em 2020.

A previsão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é ter 100% do eleitorado reconhecido pela digital nas eleições de 2026.

Integração

O cadastro biométrico também é utilizado por órgãos

parceiros da Justiça Eleitoral. No primeiro turno, eleitores com as digitais cadastradas no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), no Detran do Rio de Janeiro e nos institutos de Identificação do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foram identificados pela biometria na seção eleitoral.

Em fevereiro, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) publicou portaria, na qual definiu que a votação nas eleições será uma das formas de prova de vida dos beneficiários.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2022-10/agencia-brasil-explica-como-funciona-biometria-nas-eleicoes-2022>

Análise: vender o almoço de amanhã para comer hoje

Por Laura Naime, g1

Violência, saúde, religião, tudo isso influencia uma eleição. Mas o que pesa, mesmo, é a economia - como bem sabia há 30 anos a campanha de Bill Clinton à presidência dos Estados Unidos, que cunhou a frase "é a economia, estúpido".

E, por economia, entenda-se basicamente dinheiro: o que entra no bolso da população em forma de salários e benefícios, e o que sai na hora de pagar por produtos e serviços.

O governo sabe disso.

Em junho, uma lei limitou a tributação dos estados sobre os combustíveis para forçar a queda dos preços nas bombas. Em agosto, o Auxílio Brasil passou a R\$ 600, o auxílio gás dobrou de valor, e taxistas e caminhoneiros foram contemplados com auxílios específicos. Em setembro, foi a vez do crédito consignado para beneficiários do Auxílio Brasil. Este mês, a liberação para compra da casa própria com 'FGTS futuro'.

São mais reais no bolso dos mais vulneráveis e de trabalhadores - e contas menos salgadas nos postos. Mas quando a economia do país (o tal do **PIB**) não cresce, vale para o dinheiro a máxima "nada se perde, nada se cria, tudo se transforma". O dinheiro de hoje é a dívida de amanhã.

Aliás, dívidas: vai dever o governo, vai dever a população.

Só este ano, a estimativa é que o governo gaste mais de R\$ 40 bilhões com o valor extra do Auxílio Brasil, o aumento do vale gás e as ajudas para taxistas e caminhoneiros. Com o corte do ICMS, as perdas para os cofres dos estados podem chegar a R\$ 150 bilhões. Dinheiro que terá que ser cortado de outros gastos, ou virar dívida para os próximos anos.

No caso do governo, a bomba vai estourar nos cofres públicos - e pode virar problema para o reajuste de servidores, do salário-mínimo, de benefícios do **INSS** e nos serviços de infraestrutura, saúde, educação.

Mas algumas das medidas dos últimos meses terão impacto direto - e rápido - nas contas dos mais pobres.

Na última medida aprovada, o governo autorizou que trabalhadores usem dinheiro que ainda nem têm no FGTS para pagar prestações de casas populares do programa Casa Verde e Amarela.

Na prática, ela institui uma espécie de consignado do FGTS: em vez de ir para conta do trabalhador, o dinheiro depositado pelo empregador vai para pagar as prestações. Se perder o emprego, o mutuário pode ter que arcar com parcelas maiores, e corre o risco de perder também o imóvel.

A medida que gera preocupação, no entanto, é o crédito consignado para beneficiários do Auxílio Brasil. Isso porque o crédito, em geral, deveria ser usado para investimento ou para um momento de dificuldade - mas, para muitos brasileiros mais pobres, a hora de dificuldade é agora, é a fome de hoje.

Só na Caixa, cerca de 20 milhões de pedidos pelo consignado foram feitos até a semana passada. São 20 milhões de brasileiros que dependem do Auxílio Brasil e que terão descontados até 40% do valor do benefício ao longo de vários meses.

Na fila de uma agência do banco na semana passada, a reportagem do g1 encontrou interessados no dinheiro que sequer sabiam que os valores seriam descontados do benefício. É gente que está vendendo o almoço de amanhã para comer hoje - muitos, sem sequer saber disso.

É uma legião de pessoas vulneráveis que, depois do alívio momentâneo, podem ter meses ainda mais difíceis pela frente.

Ou, nas palavras duras de dona Joana Francisca: "Fazer o quê, né? Tem jeito? Se eles descontarem esse dinheiro da gente, aí mesmo que ninguém sai da miséria. A gente pega o dinheiro agora e depois vê como faz para pagar, né?".

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/10/25/analise-vender-o-almoco-de-amanha-para-comer-hoje.ghtml>

Salário mínimo: qual é a regra de hoje para os reajustes?

Do UOL, em São Paulo

O reajuste periódico do salário mínimo é um direito básico de todos os trabalhadores, urbanos e rurais, previsto na Constituição Federal. A lei determina que essa correção deve ao menos preservar o poder de compra dos assalariados, e cabe a cada governo separar um espaço no Orçamento para promover esses aumentos anualmente.

No Brasil, o salário mínimo - hoje em R\$ 1.212 - também serve de referência para aposentadorias, pensões e outros benefícios pagos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Como é feito o reajuste do salário mínimo atualmente? Existem propostas para mudá-lo? O que aconteceria com aposentadorias? Veja respostas a essas e outras dúvidas abaixo.

Qual é a regra atual para reajuste do salário mínimo? Atualmente, o cálculo do governo para corrigir o salário mínimo leva em consideração a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Se o INPC de determinado ano ficou em 5%, por exemplo, o piso nacional do ano seguinte também será reajustado em 5%.

Essa regra está em vigor desde 2019, primeiro ano de Jair Bolsonaro (PL) na Presidência.

Quanto o salário mínimo subiu em 2022? O aumento em 2022 dependeu da inflação no ano anterior. Em 2021, o INPC ficou em 10,16% -porcentagem bem próxima à do reajuste do salário mínimo, que passou de R\$ 1.100 para R\$ 1.212 em 2022 (+10,18%).

Na prática, essa política é suficiente apenas para repor a alta dos preços registrada de um ano para o outro, sem promover aumento real -ou seja, acima da inflação.

Quanto o salário mínimo vai aumentar em 2023? A proposta de Orçamento enviada pelo governo Bolsonaro prevê salário mínimo de R\$ 1.302 em 2023. Se o valor se confirmar, será o quarto ano seguido sem reajuste acima da inflação para o piso nacional.

O governo ainda pode propor um novo valor até o final do ano.

Como era a regra de aumento do salário mínimo antes? A regra anterior para reajuste do salário mínimo já vinha sendo adotada desde 2007, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e virou lei em 2011, primeiro ano de Dilma Rousseff (PT).

A partir daí, ficou definido que o piso nacional seria corrigido com base no INPC do ano anterior mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Essa fórmula tinha o objetivo de garantir que o salário mínimo tivesse aumento real -ou seja, acima da inflação- todos os anos.

No período, a exceção ficou com 2017 e 2018. Nestes dois anos, o reajuste considerou apenas o INPC, uma vez que o PIB de 2015 e 2016 registrou queda.

Cálculos feitos pela economista Carla Beni, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), à columnist do UOL Mariana Londres mostram que, se não existe essa regra, o salário mínimo hoje seria de cerca de R\$ 700, em vez de R\$ 1.212.

Regra para aumento do salário mínimo pode mudar? Uma reportagem da Folha de S.Paulo publicada na última quarta-feira (19) revelou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, avalia mudar a política de reajuste do salário mínimo.

A ideia é deixar de corrigir o piso nacional pelo INPC e passar a fazê-lo pela meta de inflação, que é definida com três anos de antecedência e pode ser maior ou menor do que o índice oficial.

Por que mudaria? O objetivo, ainda de acordo com a Folha, é frear o crescimento de despesas que hoje pressionam o Orçamento, como o pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios atrelados ao salário mínimo.

Na quinta (20), porém, Guedes disse que o salário mínimo de 2023 será reajustado ao menos pelo INPC. Já no sábado (22), ao lado de Bolsonaro, o ministro prometeu aumento acima da inflação.

Trabalhador, aposentado, pensionista: confie no presidente Bolsonaro. Se durante a pandemia, durante a guerra [entre Rússia e Ucrânia], nós demos os aumentos de salários, aposentadorias e pensões, é

claro que agora que vencemos a pandemia vamos poder dar aumentos acima da **inflação**, disse Guedes em transmissão ao vivo nas redes sociais.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/10/25/salario-minimo-qual-e-a-regra-de-hoje-para-os-reajustes.htm>

Bolsonaro acusa Lula de querer acabar com herança; petista não tem proposta sobre o tema



O presidente Jair Bolsonaro assiste, ao lado de ministros, ao programa eleitoral em restaurante self-service na Vila Planalto, no Distrito Federal. Gabriela Bilo/Folhapress

Marianna Holanda Matheus Teixeira Renato Machado

Em novos ataques a Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o presidente Jair Bolsonaro (PL) acusou o adversário de querer acabar com heranças a fim de confiscá-las para o Estado. Não há, porém, propostas nesse sentido nos planos do petista.

Em discurso durante visita ao acampamento Nova Jerusalém, que reúne cerca de 630 famílias e fica na zona rural de Samambaia (próximo ao centro de Brasília), o mandatário disse que o PT não votou a favor da Constituição em 1988 porque não era a favor da propriedade privada e que o partido segue com projeto similar nas eleições deste ano.

"A esquerda sempre relativizou a propriedade privada. Pode ver, o PT não apresentou plano de governo, porque uma de suas propostas é a questão do não direito à herança. A pessoa morre e não fica para os filhos; fica para o Estado a sua propriedade", disse Bolsonaro.

Lula, no entanto, nunca apresentou essa proposta e nem adotou alguma medida do tipo enquanto foi chefe do Executivo federal. O PT não menciona sequer o aumento da tributação desses recursos em seu programa de governo, tampouco o confisco desses bens.

A campanha petista promete em seu plano de governo entregue à Justiça Eleitoral que buscará uma **reforma tributária** para "os pobres pagarem menos e os ricos, mais".

Integrantes do partido já mencionaram a ideia de se elevar o imposto sobre heranças, tributo que fica a cargo de estados (por meio do ITCMD, Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) -embora não tenham dado detalhes e não tenham sugerido acabar com as heranças.

Membros da campanha de Lula sinalizam também aumentar a taxa sobre renda e diminuir sobre consumo. Também pretendem recriar a cobrança sobre dividendos (lucro da empresa distribuído a acionistas), instrumento com isenção que há mais de 25 anos beneficia a renda tanto de donos ou sócios de empresas como de quem investe no mercado financeiro.

Já o programa de Bolsonaro não fala claramente em elevar a tributação dos mais ricos, embora defenda a proposta enviada pelo próprio governo ao Congresso em 2021 que busca alterar regras do Imposto de Renda e recriar a taxa sobre dividendos. O presidente e o ministro Paulo Guedes (Economia) chegaram a citar a cobrança como forma de respaldar o pagamento de R\$ 600 do Auxílio Brasil em 2023.

Bolsonaro fez críticas à ação do PT que resultou na decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) contra a Jovem Pan e disse que a emissora está sendo perseguida.

Presidente assiste a programa do PT e critica imprensa

Jair Bolsonaro criticou a imprensa nesta segunda-feira (24) após assistir ao horário eleitoral do adversário na corrida pela Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A cena, presenciada pela Folha, ocorreu durante almoço em um self-service na Vila Planalto, no Distrito Federal. Outros ministros acompanhavam o presidente, entre eles Paulo Guedes (Economia).

Entre as críticas feitas ao governo pela propaganda petista, estão o término do Auxílio Brasil de R\$ 600 em dezembro.

Após ver a inserção petista, Bolsonaro comenta com Guedes: "Você fala com imprensa, mas eles não publicam nada".

"Falta hombridade e caráter para enfrentar e discutir assuntos. Fica mentindo no horário eleitoral o tempo todo, falando de "bolsolão". Sabemos que o PT apoiou o orçamento secreto, ou seja, [essa é] talvez a campanha mais baixa da história que eu tenha visto", disse o presidente a jornalistas na saída.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

75

Alckmin promete IVA no lugar de cinco impostos caso Lula seja eleito

EDUARDO GAYER BRASÍLIA LUIZ GUILHERME
GERBELLI SÃO PAULO

Candidato a vice-presidente e considerado um elo da campanha petista com o mercado financeiro e o empresariado, o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSB) prometeu ontem que, se eleito presidente na eleição deste domingo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai promover uma **reforma tributária** que incluirá a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição a cinco **tributos**.

"A reforma ajudará a economia a crescer. O Brasil será outro", publicou o candidato nas redes sociais, ao comentar a proposta de Lula para a economia caso vença a eleição.

A campanha do PT ainda é bastante vaga em relação ao projeto que criaria o IVA num eventual governo Lula, e afirma que o desenho da proposta teria de ser concluído depois das negociações com o Congresso Nacional eleito. "Esse tema tem sido discutido, mas não dá para saber como vai ser o desenho", afirma Guilherme Mello, um dos assessores econômicos da campanha do PT. "Tem de ver o que vai acontecer com a próxima bancada do Congresso, mas é preciso de um modelo que simplifique (o atual sistema de **tributos**)."

REFORMA TRIBUTÁRIA.

A **reforma tributária** tem sido prometida há vários governos.

Numa tentativa de avançar no tema, a administração Jair Bolsonaro fатиou o seu projeto de reforma e enviou uma proposta para mexer com o Imposto de Renda e outra para unificar PIS e Cofins, dois **tributos** federais sobre o consumo. As mudanças no IR chegaram a ser aprovadas pela Câmara dos Deputados, mas pararam no Senado.

No Congresso, outras duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) foram apresentadas e estão em discussão.

No Senado, a PEC 110 prevê a criação de dois IVAs. O IVA federal foi desenhado para substituir PIS e Cofins por meio da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), enquanto um IVA estadual e

municipal prevê juntar ICMS e ISS, criando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Já na Câmara dos Deputados, a PEC 45 unifica cinco **tributos** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - em um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

NOVO TRIPÉ.

De acordo com Alckmin, o Brasil terá um novo tripé formado por credibilidade, estabilidade e previsibilidade, palavras usualmente utilizadas por Lula para se apresentar ao centro político.

O ex-governador também afirmou que responsabilidade fiscal é algo inegociável para a chapa.

"A agenda econômica de Lula vai focar na competitividade.

Reduzir o custo de produção.

Retomar nossa indústria, emprego e renda. Desburocratização e digitalização junto de investimentos em infraestrutura e logística, enfrentando os gargalos do escoamento da nossa produção", escreveu o ex-governador.

Alckmin também destacou, na nota publicada nas redes sociais, o apoio de economistas do Plano Real (entre eles, Pêrsio Arida, Armínio Fraga e Pedro Malan) à candidatura de Lula e mostrou disposição de, se ele e o petista forem eleitos, ampliar as relações do Brasil com o mercado financeiro global.

"Acordos internacionais são fundamentais. Precisamos nos abrir à liquidez do mundo, que aguarda o retorno do Brasil para investir por aqui, pautado na nova lógica da sustentabilidade", escreveu.

Tributária

O que a campanha de Lula discute

Promessa eleitoral

Alckmin escreveu que, se eleito, Lula vai promover a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição a cinco **tributos**. Ele não deu detalhes

sobre essa troca

Condição

A campanha petista afirma que o desenho final da proposta teria de ser concluído só depois de negociações com o novo Congresso

Bolsonaro

Bolsonaro fatiou o seu projeto e enviou uma proposta para mexer com o Imposto de Renda e outra para unificar PIS e Cofins, dois **tributos** federais sobre o consumo. As mudanças no IR chegaram a ser aprovadas pela Câmara, mas pararam no Senado

No Congresso

No Congresso, outras duas PECs foram apresentadas e estão em discussão. No Senado, a PEC 110 prevê a criação de dois IVAs. Já na Câmara, a PEC 45 unifica cinco **tributos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) em um Imposto sobre Bens e Serviços

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Se ganharmos, vamos ter que começar a conversar com o Congresso já , diz Lula

Por Malu Mões - São Paulo

O ex-presidente Luiz Inácio Lula Silva (PT) acenou ao Congresso nesta terça-feira. Ele prometeu que, se eleito no domingo (30), vai abrir diálogo com o Legislativo imediatamente. A declaração foi feita durante entrevista à rede de rádio Nova Brasil FM.

- Se nós ganharmos as eleições neste domingo, nós vamos ter que começar a conversar com o Congresso já. Nós vamos ter que encontrar um meio de discutir com o Congresso já para que a gente possa colocar o dinheiro necessário para cumprir aquilo que está previsto (no plano de governo) - disse Lula.

Lula afirmou que vai demorar um tempo para a gente acertar com o Congresso e fazer mudanças no Orçamento, mas disse querer discutir a **reforma tributária**, que está parada no Legislativo. O petista voltou a defender a isenção de **impostos** daqueles que ganham salário de até R\$ 5 mil. Declarou ainda que vai falar com todos os partidos e com cada um dos 513 deputados eleitos.

- Vai demorar um tempo para a gente ir arrumado a casa, acertar com o Congresso, fazer as mudanças no Orçamento e para que a gente possa, inclusive, começar a discutir uma política tributária que seja mais justa, de quem ganha mais pague mais e quem ganha menos pague menos - declarou, completando - Nós inclusive estamos propondo como política tributária isenção de **impostos** de pessoas que ganha até R\$ 5 mil. E vamos discutir com o Congresso.

O ex-presidente também defendeu investimentos em infraestrutura, com retomada de obras paradas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); igualdade salarial entre os gêneros; e renegociação das dívidas das famílias, tanto com o varejo, como com o sistema financeiro.

Lula recusou indicar possíveis nomes de ministros em um eventual novo governo do PT. Disse que não iria tomar nenhuma atitude como se tivesse ganho as eleições. Mas sinalizou que pode anunciar integrantes já no domingo caso vença.

- Eu primeiro tenho que ganhar as eleições. Eu aprendi assim. Eu não vou sentar na cadeira antes de ganhar. Em 1985, Fernando Henrique Cardoso sentou

na cadeira do Jânio quadros e perdeu as eleições. Eu não vou tomar nenhuma atitude como se tivesse ganho as eleições. Eu só posso indicar nome para qualquer cargo depois que eu ganhar as eleições e isso pode acontecer a partir de domingo - frisou.

Pesquisa do Ipec divulgada na segunda-feira mostra que Lula se mantém na liderança da corrida eleitoral para a Presidência, com 50% das intenções de voto. O petista tem sete pontos percentuais de vantagem para seu adversário no segundo turno, Jair Bolsonaro (PL), que marca 43%.

O candidato do PT disse que, caso eleito, terá de ter uma avaliação igual ou superior ao do fim de seu segundo mandato na Presidência, para não cavar uma decepção ao povo. Para isso, disse que vai envolver vários setores da sociedade em um eventual novo governo.

- Eu saí do governo com aprovação que quase nenhum presidente na história do mundo saiu, que foi 87% de bom e ótimo, mais 10% de regular e 3% de ruim e péssimo. Eu não posso agora voltar e ser pior que isso. Eu não posso cavar uma decepção ao povo. Portanto, eu estou predestinado a trabalhar mais, a envolver mais gente. Não será um governo só petista, será um governo em que estará presente os vários segmentos da sociedade, petistas e não petistas - apontou.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/se-ganharmos-vamos-ter-que-comecar-a-conversar-com-o-congresso-ja-diz-lula.ghml>

Com Lula ou Bolsonaro, Congresso terá de correr para definir fonte para programa social

Seja quem for o ganhador da eleição presidencial de domingo, integrantes do Congresso sabem que terão de definir, e rápido, uma fonte de recursos para garantir o pagamento mensal de 600 reais do principal programa social do governo --seja Auxílio Brasil ou Bolsa Família-- no ano que vem.

Apesar da urgência, reconhecem duas fontes do Legislativo, parlamentares estão em modo de espera e ainda não há qualquer movimentação. Não valeria à pena, avaliam, gastar saliva em uma discussão enquanto não se sabe quem sairá vitorioso do segundo turno das eleições presidenciais.

Qualquer movimento agora é prematuro, avaliou uma das fontes. Esse movimento acontecerá depois da primeira semana da eleição, completou.

Tanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quanto o presidente Jair Bolsonaro (PL) comprometeram-se a manter o benefício de 600 reais aos mais vulneráveis para 2023. No entanto, a Lei Orçamentária Anual (LOA) do próximo ano não prevê a manutenção do valor, que foi ampliado ante os 400 reais anteriores. Logo, é necessário que os parlamentares aprovem ainda neste ano alguma medida que garanta o pagamento.

Bolsonaro já deu indicações de que pretende obter recursos a partir da taxa de lucros e dividendos para o auxílio. Isso ocorreria por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em gestação no Executivo. Há possibilidade, também em estudo, de ressuscitar a discussão da desvinculação do Orçamento, o que também poderia abrir espaço fiscal, seja para o pagamento do benefício, seja para cobrir promessas acordadas no período eleitoral -- caso dos recursos destinados às emendas parlamentares do chamado orçamento secreto.

Lula também já avisou que pretende taxar lucros e dividendos, mas não deixou explícito que utilizará a medida especificamente para sustentar o benefício.

O deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), que até pouco tempo era vice-presidente da Câmara dos Deputados, avalia que seja qual for o vencedor da eleição, o

próximo governo terá de achar uma solução para o rombo fiscal que se desenha a partir das medidas tomadas pelo atual presidente no período eleitoral.

As contas públicas estão prestes a explodir. O governo ultrapassou todos os limites e vai ter que compensar de alguma forma, explicou.

No caso da desvinculação, uma das fontes lembra que o assunto é antigo.

O líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), aponta que a taxa de lucros e dividendos não precisaria necessariamente ser incorporada por uma PEC, e lembra que tramita no Senado um projeto que já aborda o assunto. Defende ainda como prioridade a votação da **reforma tributária**, também em curso na Casa.

Já temos no Senado, além da PEC 110, o projeto de revisão do IR, que também tem essa questão, disse Portinho à Reuters.

A proposta altera regras do Imposto de Renda e prevê uma taxa de 15% sobre lucros e dividendos.

Tanto essa medida quanto a PEC da reforma, no entanto, estão paralisadas na Casa, seja pela complexidade e controvérsias que dificultam um acordo para votação, seja pelo fator eleitoral, que, de fato, esvazia os corredores do Congresso.

+ Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. Clique aqui!

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Com Lula ou Bolsonaro, Congresso terá de correr para definir fonte para programa social

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/com-lula-ou-bolsonaro-congresso-tera-de-correr-para-definir-fonte-para-programa-social,5cb1c66a487c93733d7db22ed3372687ldhatr6b.html>

Mais de 70 milhões serão lesados se Guedes mudar reajuste do salário mínimo

Leonardo Sakamoto

Cerca de 72 milhões de brasileiros que dependem do salário mínimo serão prejudicados caso a proposta de alterar a forma de sua correção pela inflação, que vem sendo analisada pelo Ministério da Economia de Jair Bolsonaro, seja implementada a partir do ano que vem.

O alerta foi feito à coluna por Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho. Ele coordenou a elaboração da proposta de Reforma Tributária adotada pela oposição no Congresso Nacional.

Para gerar caixa para cumprir promessas eleitorais de Jair Bolsonaro, como garantir Auxílio Brasil de R\$ 600 e o 13º do benefício às mulheres, sua equipe estuda parar de corrigir salário mínimo, aposentadorias pela inflação, seguro-desemprego e benefícios sociais pela inflação registrada no ano anterior.

O estudo, revelado por reportagem de Idiana Tomazelli e Julianna Sofia, da Folha de S.Paulo, faz parte de um plano do ministro Paulo Guedes para refundar a legislação sobre as contas públicas do país em um segundo mandato de Jair. O problema é que essas refundações vão ser estruturadas na base do aperto do cinto dos que já não têm.

O salário mínimo continuaria a ser reajustado, mas com base na meta da inflação, que pode ser menor que a inflação efetivamente medida.

Desde que a informação veio a público, economistas começaram a divulgar projeções de como estaria o salário mínimo se fosse corrigido desde 2002 pela inflação projetada e não pela registrada. Fagnani cita exemplo de projeções em que o mínimo teria, hoje, cerca de 40% do valor dos R\$ 1212 atuais.

Diante da polêmica que se formou e do risco de perda de votos, Bolsonaro fez uma live com seu ministro da Economia, em que prometeram aumentar o salário mínimo acima da inflação - o que não fizeram desde que ele assumiu o governo em 2019.

Se essa proposta do governo for implementada, o

salário mínimo vai ser reajustado abaixo da inflação, o que, ao longo do tempo, pode acarretar uma perda substantiva no poder de compra das famílias. E isso afeta, além dos trabalhadores da ativa formais e informais, também as aposentadorias e benefícios sociais atrelados ao piso, como a Previdência Social urbana e a rural, o BPC para idosos pobres e uma parcela significativa do seguro-desemprego, afirma Fagnani.

Ele alerta que o estudo choca um ovo de serpente. Seria uma forma esperta de fazer uma nova Reforma da Previdência de grandes dimensões sem os mesmos debates e tramites parlamentares da última reforma. Espertamente excludente. Porque, em 10, 20 anos, levaria a uma redução expressiva de gastos com as aposentadorias urbanas e rurais e o BPC, completa.

Uma das principais conquistas da Constituição Federal de 1988, segundo o economista, foi atrelar os benefícios ao salário mínimo uma vez que os trabalhadores da ativa têm maior capacidade de pressão para aumentar o seu valor. Dessa forma, os inativos, pensionistas e famílias mais vulneráveis também são protegidos.

Fagnani compara a medida estudada pelo Ministério da Economia com as políticas adotadas pela ditadura militar. Os militares estimavam a inflação e davam um reajuste com base nisso, mas como a previsão era sempre abaixo da realidade, a regra corroía o poder de compra do salário mínimo, explica.

Esse arrocho salarial, segundo ele, contribuiu para uma concentração brutal de renda durante o período em que os militares governaram o país. O eu, na sua avaliação, aconteceria de novo com a medida analisada na gestão Bolsonaro.

A valorização do salário mínimo foi um dos mais importantes instrumentos de redução da desigualdade no Brasil, um dos países que mais concentra renda em todo o mundo. O enterro dela por Bolsonaro interrompeu um quarto de século de melhoria, que começou de forma informal pelo PSDB, foi transformada em lei pelo PT e mantida pelo MDB.

Logo em 2019, Guedes avisou que aumentar o salário mínimo acima da inflação iria estimular desemprego

em massa .

Se o valor parar de ser reajustado pela **inflação** será ainda mais difícil cumprir o artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal. Segundo o texto, o salário mínimo deveria ser capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e **previdência social**, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim .

Para se ter uma ideia, se isso fosse respeitado, o mínimo teria que ser de R\$ 6.306,97, segundo cálculos do Dieese para setembro.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/10/25/mais-de-70-milhoes-serao-lesados-se-guedes-mudar-reajuste-do-salario-minimo.htm>

Brasil deixa de usar quase R\$ 35 bilhões na ciência de 2010 a 2021

Sabine Righetti

Quase R\$ 35 bilhões que deveriam ser destinados para a ciência de 2010 a 2021 ficaram "perdidos" no Orçamento federal, sendo metade disso só nos três primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro (PL). Corrigida pela inflação, o valor equivale hoje a cerca de R\$ 45 bilhões.

O cálculo, inédito, foi apresentado pela pesquisadora Soraya Smaili, uma das criadoras do Centro de Estudos SoU_Ciência, ligado à Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), instituição que ela comandou, como reitora, por oito anos. O centro é apoiado pelo Instituto Serrapilheira.

Para chegar aos números, os pesquisadores ligados ao centro tiveram como base o valor arrecadado e pago pelo FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) desde 2010. Criado por lei em 1969, o FNDCT é o principal instrumento público de financiamento de ciência, tecnologia e inovação do Brasil, alimentado por um fluxo contínuo de recursos obtidos por meio de tributos específicos.

Essa arrecadação tem aumentado nos últimos anos. Para se ter uma ideia, foram R\$ 2,9 bilhões levantados pelo fundo em 2010 e R\$ 10,3 bilhões no ano passado (em valores sem reajuste da inflação). O problema é que o repasse total do FNDCT para a ciência diminuiu no mesmo período: passou de cerca de R\$ 2,7 bilhões em 2010 para R\$ 1,4 bilhão em 2021 (sem reajuste da inflação).

Desde 2010, de acordo com os dados levantados pelos cientistas no Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), R\$ 34,9 bilhões do FNDCT deixaram de ser repassados para a ciência brasileira. Destes, R\$ 17,7 bilhões não foram repassados nos três anos iniciais do governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2021). "Não sabemos exatamente o que aconteceu com esses recursos", diz Smaili.

Os recursos federais destinados à ciência também foram ceifados de outras maneiras nos últimos anos. Segundo dados do mesmo Siop, em valores corrigidos pela inflação, as universidades federais perderam 45% da verba destinada às chamadas "outras despesas correntes", como pagamento de água, de

energia e de prestação de serviços de terceiros (como segurança e limpeza), por exemplo.

Esses cortes afetam também as bolsas de assistência estudantil para alunos de baixa renda, consideradas fundamentais para a manutenção desses estudantes na universidade pública. Os recursos foram de R\$ 8,1 bilhões, em 2019, para R\$ 4,4 bilhões, em 2022 (até setembro).

"Os estudos e levantamentos do Sou Ciência têm mostrado grande queda nos recursos das 68 universidades federais, especialmente entre 2019 e 2022, prejudicando laboratórios, pesquisadores e infraestrutura de pesquisa", diz Smaili.

Ao mesmo tempo em que sofre cortes federais, a ciência brasileiro ganhou mais confiança da população no período. Um levantamento divulgado em março pelo mesmo Centro de Estudos SoU_Ciência, em parceria com o Instituto Ideia Big Data, mostrou que a confiança dos brasileiros em cientistas cresceu durante a pandemia de Covid.

Essa pesquisa mostrou que o conhecimento sobre temas científicos também aumentou. Quase metade dos 1.252 entrevistados lembrou o nome de uma instituição de pesquisa brasileira. O Instituto Butantan e a Fiocruz foram os mais lembrados (respectivamente por 40,1% e 22,5% dos que conseguiram citar instituições).

Na última pesquisa nacional de percepção pública da ciência desse tipo, feita pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos)/MCTI, publicada em 2019, apenas 1 em cada 10 entrevistados sabia dizer o nome de uma instituição de pesquisa ou de um cientista.

Para Smaili, a pandemia aproximou a ciência da população de uma maneira sem precedentes, mas os cortes de recursos nas atividades científicas vão fazer a academia "perder esse bonde". "Temos uma janela de oportunidade para engajar a sociedade pela ciência. Essa campanha tem de ser constante."

Os dados foram apresentados na semana passada pelo SoU_Ciência em uma mesa sobre política científica, que fechou o evento de comemoração de cinco anos do Instituto Serrapilheira, no Rio de

Janeiro.

Nesses cinco anos, cerca de R\$ 60 milhões foram investidos em ciência e divulgação científica pela instituição -que é privada. "É apenas uma gota no ecossistema científico. A verba pública é o coração do apoio à ciência", diz Hugo Aguilaniu, presidente do instituto.

A Folha contatou os ministérios de Ciência e de Educação para comentar a redução de repasses do FNDCT e do Orçamento federal às universidades federais no atual governo, mas não recebeu resposta até a publicação desta reportagem.

As assessorias dos governos Luiz Lula da Silva (2003-2010) e Michel **Temer** (2016-2018) também não se manifestaram sobre os repasses do FNDCT nos respectivos mandatos.

Única a responder, a assessoria do governo Dilma Rousseff (2011-2016) afirmou, em nota, que a relevância do FNDCT foi plenamente reconhecida nos dois mandatos do presidente Lula, "que assegurou recursos crescentes para o fundo e o total descontingenciamento de seus aportes, reduzindo a zero a alíquota incidente sobre o mesmo, em 2010".

"No entanto, nos anos que se seguiram, um cenário de incertezas, resultante da crise de 2008/2009, de fortes desequilíbrios no sistema financeiro internacional, da guerra cambial e do recrudescimento do protecionismo, afetou as metas de arrecadação do Governo Dilma", afirmou na nota.

A nota ressalta, ainda, uma questão metodológica do estudo do SoU_Ciência em relação à diferença entre aplicação financeira e arrecadação. "O conceito de arrecadação tem relação com tributo, CIDE etc. Essa questão metodológica gera uma diferença em relação aos valores arrecadados."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

75

Bilionário hindu no topo do poder no Reino Unido



Sunak (C) acena ao deixar a sede do Partido Conservador, depois de ter sido eleito líder do partido. "Não há dúvidas de que enfrentamos profundos desafios econômicos", disse, em rápido discurso

JANE BARLOW/ POOL/AFP - 17/10/22



Em seu primeiro compromisso do tipo, o rei Charles III receberá o novo primeiro-ministro e o incumbirá de formar gabinete



DANIEL LEAL/AFP

Prudência na área econômica rendeu o rótulo de "socialista" ao meticoloso Sunak, sempre vestido com roupas de grife e um sorriso eterno

Rodrigo Craveiro

Brasília - Aos 42 anos, o ex-ministro das Finanças Rishi Sunak se tornará, hoje, o mais jovem premiê do Reino Unido em dois séculos. Também será o único chefe de governo vindo de uma minoria étnica. O bilionário hindu, neto de indianos e ex-executivo do setor bancário, foi eleito líder do Partido Conservador, depois que Penny Mordaunt - ministra de Comércio Internacional - não conseguiu o apoio de 100 parlamentares e abandonou a disputa, ao firmar apoio irrestrito a Sunak. O ex-primeiro-ministro Boris Johnson também tinha desistido da corrida ao poder. Em discurso a portas fechadas, Sunak instou o partido a se unir ou a morrer.

Pouco depois, fez um breve pronunciamento público aos britânicos, em rede nacional de televisão. "O Reino Unido é um grande país, mas não há dúvidas de que enfrentamos profundos desafios econômicos. Precisamos agora de estabilidade e de unidade. (...) Nós superaremos os desafios e construiremos um futuro melhor e mais próspero para nossos filhos e netos", declarou. "Prometo servir a vocês com integridade e com humildade, e trabalhar todos os dias em prol do povo britânico."

Sunak substituirá Liz Truss, que renunciou na última quinta-feira, pressionada pela rejeição a um plano econômico ultraliberal. Às 9h de hoje (5h em Brasília), Truss fará sua última reunião de gabinete e formalizará sua demissão ao rei Charles III, antes de proferir discurso de despedida. O monarca receberá Sunak e o convidará a formar um governo. Antes de entrar em 10 Downing Street, a residência oficial dos pre-miês, o novo líder falará à nação, às 11h35 (7h35 em Brasília).

O opositor Partido Trabalhista tornou a desqualificar o processo de escolha do sucessor de Truss. A vice-líder Angela Rayner declarou que Sunak não tem "mandato" para exercer o cargo de primeiro-ministro e renovou os pedidos para a realização de eleições gerais - o apelo tinha sido feito depois da renúncia de Truss.

ARTICULADOR Professora do curso de relações internacionais da ESPM e doutora em relações internacionais pela London School Economics (LSE), Carolina Pavese admitiu à reportagem que Sunak é reconhecidamente um "grande articulador político" e alguém com uma boa capacidade de comunicação.

"Ele veio do mercado financeiro. Trabalhou por muito tempo na Goldman Sachs e, por isso, tem como maior qualidade a habilidade de dialogar e de falar a linguagem do mercado, principalmente do setor financeiro", explicou.

Segundo Pavese, isso credencia Sunak a receber um voto de confiança para tomar medidas econômicas eficazes para tirar o Reino Unido da crise. Ela cita o excesso de vaidade como um risco ao seu governo. "Sunak é um grande estrategista político, mas também pessoal. Acho que nem ele imaginava que, um mês e meio depois de ter que aplaudir a nomeação de Liz Truss, tivesse a chance de chegar ao cargo que sempre almejou sem enfrentar um processo de disputa com outros candidatos. Isso deve lhe afagar ainda mais o ego", disse.

Pavese antecipa que as atenções dos britânicos e do mundo se focarão no pacote econômico preparado por Sunak. "Ele havia anunciado que era a favor dos cortes de **impostos**, mas desde que seguissem o controle da **inflação**. É possível que ele se preocupe mais com as contas do governo", observou, ao citar um provável pragmatismo na economia e no comércio internacional.

DESESPERO Anthony Glees, professor da Universidade de Buckingham, avalia que a escolha por Sunak surgiu do desespero. "O contexto é de extrema fragilidade econômica e profunda instabilidade política. Não creio que, em tempos normais, ele seria um candidato credível a primeiro-ministro, por ser muito jovem e não ter boa experiência ministerial. Além disso, jamais liderou o Partido Conservador", afirmou à reportagem. No entanto, o especialista sustenta que Sunak estava certo ao alertar sobre os perigos da política econômica de Truss - focada em contrair empréstimo para financiar cortes de **impostos** - e ao rejeitá-la como um plano de crescimento.

O discurso proferido ontem à noite pelo novo primeiro-ministro preocupa Glees. "Soou robótico e impessoal. Durou poucos segundos. Desde a renúncia de Truss, na quinta-feira, Sunak se mantinha calado", disse Glees. Se falar pouco e agir muito, talvez consiga cumprir com a missão que terá pela frente. "Ele deverá restaurar a disciplina fiscal, e não pegar empréstimo que não seja compatível com a capacidade de quitação. Terá que aumentar os **impostos** e reforçar a austeridade. Sunak precisará renegociar o acordo do Brexit (divórcio entre Reino Unido e Europa). As exportações para a UE despencaram 17 pontos percentuais. Em 2020, o Reino Unido tinha 90% do Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita que a Alemanha tinha. Agora, caiu para 70%", acrescentou Glees.

"Socialista" meticoloso

Rishi Sunak é um bilionário ex-banqueiro, neto de imigrantes indianos e defensor da ortodoxia orçamentária. A prudência na área econômica rendeu-lhe o rótulo de "socialista" por membros da direita, que agora o considera como a pessoa certa para acalmar os mercados e estabilizar a economia em recessão.

Nascido em 12 de maio de 1980, em Southampton, na costa sul da Inglaterra, Sunak é o mais velho dos três filhos de um médico do serviço de saúde pública e de uma farmacêutica. Nascidos na Índia, seus avós emigraram para o Leste da África Oriental britânica nos anos 1960.

No passado, Sunak fez um juramento no "Bhagavad Gita", livro sagrado do hinduísmo, escrito em sânscrito. E agora se torna o primeiro chefe de governo dessa religião, e o primeiro não branco, justo no início do Diwa-li, um grande feriado hindu de cinco dias. Muitos britânicos o veem como um tecnocrata muito rico, desconectado da vida da população. Por sua vez, simpatizantes do ex-premiê Boris Johnson o consideram um "traidor" que, com sua renúncia ao cargo de ministro das Finanças, em julho, desencadeou a queda do líder polêmico.

Sunak é meticoloso, sempre com o cabelo penteado, vestido com roupas de grife e um sorriso eterno. Ele afirma não beber álcool e tem um cuidado extremo com sua imagem de seriedade. Quando adolescente, estudou no Winchester College, um elegante internato para meninos, e cursou política, filosofia e economia nas prestigiosas universidades britânica de Oxford e americana de Stanford. Conheceu a esposa, Akshata, na Califórnia, onde o casal, que tem duas filhas, morou antes de se mudar para o Reino Unido.

Antes de entrar para a política, trabalhou no mundo das finanças. Em maio, entrou na lista das grandes fortunas. Ele e a esposa têm um patrimônio estimado em 730 milhões de libras, o equivalente a cerca de R\$ 4,8 bilhões.

Trabalhistas criticam escolha e pedem eleições

O Partido Trabalhista criticou a escolha de Rishi Sunak como o novo primeiro-ministro do Reino Unido, após sua única adversária, Penny Mordaunt, anunciar que desistiu da disputa. Em publicação no Twitter ontem, o partido disse que "ninguém votou nele". A afirmação foi feita pela legenda em vídeo publicado na rede social. As imagens mostram uma série de discursos de integrantes do Partido Conservador, inclusive Liz Truss, que renunciou na semana passada, e faz críticas a medidas que, na avaliação da legenda, pioraram a economia do Reino Unido.

"O Reino Unido não aguenta mais os conservadores. Eleições gerais agora", diz a última frase do vídeo publicado pelo Partido Trabalhista no Twitter. Com a desistência de Mordant, Sunak vai se tornar a terceira pessoa a assumir o cargo em menos de dois meses, e terá como principal tarefa a recuperação da estabilidade econômica e política do país.

"Essa decisão é histórica e mostra o talento e a diversidade do nosso partido. Rishi tem todo o meu apoio", escreveu Penny Mordaunt nas redes sociais, após não conseguir o número de apoios necessários dentro do Partido Conservador para garantir a indicação.

Sunak já está sendo pressionado também pelos Verdes e pelo conservador Reform, a convocar eleições gerais. As siglas argumentam que os conservadores não dispõem mais de legitimidade democrática para governar. "O país não pode aguentar mais divisões internas de um pequeno grupo de conservadores elitistas, cujas políticas para lutar contra a crise no custo de vida fracassaram", disse Adrian Ramsay, colíder dos Verdes, após a confirmação do nome de Sunak.

O ex-secretário não se posicionou publicamente sobre o tema, mas parlamentares que participaram de reunião com o futuro premiê disseram que a possibilidade não está sendo aventada.

Preferido dos conservadores para assumir o desafio de guiar o país e o partido, ele também despontou como o político conservador menos impopular em pesquisa conduzida pelo instituto YouGov com mil britânicos entre os dias 14 e 16-antes, portanto, de Truss renunciar. No levantamento, o futuro premiê britânico aparece com um índice de favorabilidade (que mostra o saldo de opiniões positivas e negativas) de -28. Negativa, a cifra pode parecer um balde de água fria, mas apenas se olhada fora de contexto: Mordaunt tinha -33 e Boris, -40.

Sunak também era o menos impopular entre aqueles que dizem pretender votar no Partido Trabalhista se houvesse uma eleição geral. Neste caso, seu índice de favorabilidade é de -35, contra -48 de Mordaunt e -74 do ex-premiê Boris Johnson. Se o Partido Trabalhista entra na corrida, porém, o cenário muda.

Outra pesquisa do YouGov com 12 mil britânicos na última semana mostra que 38% dizem considerar que Keir Starmer, líder trabalhista, seria a melhor opção para premiê. Outros 29% dizem preferir Sunak, e 32% não têm certeza.

Entre as mensagens de parabenização, Sunak recebeu uma do premiê da Índia, Narendra Modi. O

nacionalista disse que espera trabalhar com Londres em questões importantes e que o Diwali -um feriado hindu que ocorreu ontem - deseja uma "ponte viva" com os indianos no Reino Unido, em referência à ascendência de Sunak. "Que transformemos laços históricos em uma parceria moderna."

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/25/10/2022/p1>

Organização Trump começa a ser julgada por fraude e evasão fiscal

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

China surpreende mercado



ROSANA HESSEL

A China registrou crescimento de 3,9% no Produto Interno Bruto (**PIB**) no terceiro trimestre de 2022, de acordo com os dados oficiais, divulgados ontem, e que ficaram acima das previsões do mercado. A publicação do resultado do **PIB** chinês ocorreu um dia depois de o presidente Xi Jinping ser reeleito como líder do Partido Comunista da China, para um novo mandato de cinco anos, e com seis dias de atraso em relação à data originalmente prevista.

O resultado na comparação anual superou as estimativas dos analistas, que esperavam avanço entre 2,5% e 3,6%, de acordo com algumas projeções do mercado coletadas pelas agências internacionais. Apesar da surpresa positiva, analistas alertam para o fato de que o processo de desaceleração econômica da segunda maior economia do planeta continua em curso, em grande parte devido à política de tolerância zero contra a covid-19.

De acordo com especialistas, as medidas adotadas pelo governo chinês, que incluem com frequência o fechamento de empresas e fábricas de produção, afetaram a atividade econômica e os deslocamentos da população, derrubando o consumo. No segundo trimestre, o país cresceu apenas 0,4%, em ritmo anual, o pior resultado desde 2020. Na comparação com o segundo trimestre de 2022, a economia chinesa também avançou 3,9% - um bom sinal, pois entre o primeiro e segundo trimestre registrou contração de 2,6%.

"A tendência de desaceleração da economia chinesa é clara, assim como da economia global", destacou Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating.

Neste mês, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu de 4,4% para 3,2% a projeção de crescimento do **PIB** chinês neste ano - a menor previsão desde

1976, com exceção de 2020, ano marcado pela crise gerada pela pandemia da covid-19.

Gustavo Cruz, economista-chefe da RB Investimentos, lembrou que a China é o principal parceiro comercial de vários países, inclusive o Brasil. Logo, se a economia chinesa tiver um desempenho melhor, isso é positivo para a atividade em diversas regiões. Contudo, ele reconheceu que as previsões de que continuará em processo de desaceleração estão mantidas. "Seguem as previsões que eles não atingem a meta de 5,5% (de avanço do **PIB**)", destacou. Segundo Cruz, ainda há desconfiança sobre a confiabilidade dos dados, após o atraso da divulgação dos dados sem uma explicação clara dos motivos durante o congresso do PCC.

Na avaliação de Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset, há também a desconfiança do mercado com a confirmação de Xi Jinping à frente do partido chinês, do governo do país e do comitê militar. "O presidente saiu do congresso ainda mais fortalecido. Crescimento da economia de 3,9% impactado pelos lockdowns, crise no mercado imobiliário e maior fiscalização pelas bigtechs. O que preocupa mais é o foco na segurança, maior do que no passado, voltado para a economia, e a nova configuração geopolítica, com a China mais próxima da Rússia, da Coreia do Norte, da Venezuela e do Irã", destacou.

Brasil é 100º em ranking da indústria

Em razão da baixa competitividade da indústria nacional, o Brasil não para de perder posições no ranking global. Conforme levantamento feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), divulgado ontem, o setor de transformação brasileiro perdeu 18 posições e encerrou o primeiro semestre de 2022 na 100ª colocação, em uma listagem de 113 países.

A comparação foi feita pelo Iedi com base em dados divulgados pelas Nações Unidas sobre a evolução da produção da indústria de transformação no mundo na primeira metade de 2022. Rafael Cagnin, economista do Iedi, contou que, no fim de 2021, o Brasil estava na 82ª nesse ranking.

No acumulado do primeiro semestre do ano, o Brasil registrou recuo de 2% na produção industrial, na comparação com o mesmo período do ano passado. O ranking mostrou Filipinas na liderança, com salto de 33,7% na produção industrial. A Geórgia e a Irlanda ficaram na lanterna com quedas de 10% e 10,1%, respectivamente.

Cagnin destacou fatores que contribuem para o desempenho ruim do Brasil. "Falta de competitividade, baixo crescimento do **PIB**, gargalos nas cadeias e pressão de custo, suporte a inovação comprometido pelos contingenciamentos do governo, ausência de estratégia industrial. É um combo antigo, mas que vai cobrando um preço cada vez mais alto", enumerou. (RH)

Lula diz que "economia é o centro do debate"



Durante entrevista em São Paulo, Lula também disse que caso de Roberto Jefferson é "fotografia" do governo Bolsonaro

O candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem que as discussões sobre economia são as mais importantes da campanha eleitoral. "A economia é o centro do nosso debate. É da economia que a sociedade brasileira sobrevive. Se a economia tiver bem, o povo estará bem. Se a economia estiver mal, o povo estará mal", afirmou o petista em entrevista coletiva em São Paulo. Entre os pontos que o candidato aponta como essenciais está a fome. "Por que você tem 30 milhões de pessoas passando fome? A fome tinha sido extirpada desse país", ressaltou.

A alta dos preços, especialmente dos alimentos, é outro ponto que, para Lula, precisa de atenção redobrada. "O governo fez toda a encenação para baixar a gasolina, ela voltou a subir outra vez. O preço dos alimentos não baixou até agora" destacou. Lula também falou da necessidade de que o salário mínimo seja reajustado além da reposição das perdas com a **inflação**. "O salário mínimo não é aumentado há cinco anos. Como é que você explica que em um país que você tem quase 70 milhões de pessoas que ganham um salário mínimo você passa cinco anos sem reajustar o salário mínimo? Não é possível", enfatizou.

Para conter os ciclos de alta dos alimentos, o candidato defende a adoção do sistema de estoque regulador. "Todo país que queira ter o mínimo de soberania tem que ter um programa de segurança alimentar. Tem que ter uma política concreta de estoque regulador para que em qualquer momento de crise não falem alimentos no país. Nós utilizávamos a Conab [Companhia Nacional de Abastecimento] para fazer estoque regulador. Todos os alimentos que não

eram perecíveis a gente estocava. Quando o produto começava a aumentar no mercado, a gente liberava os produtos da Conab para equilibrar o preço", disse em referência às medidas adotadas em seus governos anteriores.

Lula também alertou para a redução da produção de alimentos essenciais. "Hoje, nós temos vários produtos em que diminuíu a área de plantio. O feijão é um deles e a mandioca é outro. São dois alimentos que fazem parte do cotidiano e dos hábitos alimentares do povo brasileiro", disse. Segundo o candidato, é preciso incentivar os pequenos produtores e agricultores familiares para reverter a queda no plantio de itens essenciais. "Nós sabemos que quem produz 70% dos alimentos que vão para a mesa da sociedade brasileira são as propriedades até 100 hectares, a grande maioria da agricultura familiar. Nós temos que colocar mais dinheiro para crédito, mais dinheiro no Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]", defendeu

CRÍTICAS Lula disse ainda que espera que o presidente Jair Bolsonaro (PL) "pegue o telefone" para parabenizá-lo caso o chefe do Executivo perca a disputa. Além disso, o petista criticou os ataques do presidente às urnas eletrônicas, afirmando que Bolsonaro só suspeita das urnas "quando ele perde". "Eu espero que, eu ganhando as eleições, ele tenha um minuto de sensatez, pegue o telefone e me telefone aceitando o resultado da eleição", afirmou, ao ser questionado sobre a possível reação de Bolsonaro caso sej a derrotado. "É assim que a gente procede no Brasil desde que fui candidato pela primeira vez, em 1989. Eu espero que ele fale isso", acrescentou.

Após o primeiro turno, Bolsonaro aumentou seus ataques ao sistema eleitoral, especialmente à urna eletrônica, mas não apresentou provas de fraude. Auditorias realizadas nas urnas não mostraram falhas. "A suspeição que ele colocou nas urnas é uma suspeição que não tem nenhuma procedência. Ele foi eleito, metade dos seus mandatos como deputado, pela urna eletrônica. Ele foi eleito presidente pela urna eletrônica", afirmou Lula. "Só quando ele perde que ele acha que a urna eletrônica pode ser suspeita? Não é possível. Me parece que o comportamento político desse cidadão é o de quem precisa de discórdia. Ele precisa de confusão, de atrito, de briga para poder fazer as coisas", disse ainda.

No domingo, Bolsonaro voltou a pôr em dúvida a confiabilidade das urnas durante sabatina na Record TV. "Desconheço qualquer relatório por parte das Forças Armadas. Eles continuam trabalhando na busca de possíveis fraudes. Por que não dizer isso, né?", afirmou o presidente. "Se o Bolsonaro perder e quiser ficar zangado, chorando... Eu perdi três eleições. Cada eleição que eu perdia eu voltava para casa.

JEFFERSON Lula afirmou também na coletiva que a resistência à prisão e o ataque do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB) a agentes da Polícia Federal são "uma fotografia do que acontece no governo Bolsonaro". O petista classificou o episódio como "página melancólica, sofrível" da história brasileira, e disse que o atual presidente mente ao tentar se distanciar de Jefferson.

"Roberto Jefferson é basicamente a fotografia, o resultado do que acontece no governo Bolsonaro. Ele é o resultado de tudo que é plantado no Brasil. É resultado de um momento de muitas mentiras no Brasil", respondeu Lula ao ser questionado sobre o assunto. "O comportamento dele não é o comportamento de um cidadão normal e o presidente da República tenta, mais uma vez, contar mentira para a sociedade brasileira, a ponto de o presidente ficar preocupado em dar entrevista coletiva logo dizendo que não era amigo, que não conhecia o Roberto Jefferson", acrescentou. Questionado sobre as tentativas de Bolsonaro de ligá-lo a Jefferson pelo mensalão, ocorrido no governo Lula, o ex-presidente disse que Bolsonaro mente e que, no lugar, gostaria de estar discutindo medidas propositivas no período eleitoral. "Estamos discutindo mais uma presepada do presidente da República contando mentira", respondeu.

PROPAGANDA VETADA

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, proibiu ontem a veiculação de propaganda da campanha do presidente Jair Bolsonaro que associa o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à criminalidade, em especial ao tráfico de drogas. Moraes atendeu ao pedido da campanha de Lula. Na propaganda, veiculada no domingo, são usadas, por exemplo, imagens do ex-presidente em visita ao Complexo do Alemão, conjunto de favelas no Rio de Janeiro, para dizer que ele "estaria ao lado de traficantes". Os advogados alegaram haver preconceito contra pessoas negras e periféricas, pois haveria "associação automática" delas com a criminalidade. "Sobre a criminalidade, embora o teor da propaganda não permita estabelecer a efetiva relação existente com a visita de Luiz Inácio Lula da

Silva ao Complexo do Alemão, há nítido intuito de vincular a figura do candidato à criminalidade, a partir de fato inverídico" escreveu Moraes.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/25/10/2022/p1>

A força do agro (Editorial)

Não é de hoje que o agronegócio destoa do restante da economia brasileira. Aumento da produtividade e integração com o mundo o distinguem e alavancam o crescimento em diversas regiões.

Estudo da consultoria LCA mostra que, entre 2019 e 2022, a renda real do setor aumentou quase 30%, um crescimento muito acima do observado em outros segmentos, que não conseguem superar o quadro de quase estagnação.

Tal salto decorre da combinação incomum de preços em alta no exterior dos principais itens produzidos - soja, milho e proteína animal - com a significativa desvalorização do real no período. O resultado é o melhor patamar da história para as cotações em moeda local.

O desempenho dependeu, portanto, de fenômenos externos ao setor, cuja produção pouco aumentou no período recente. Mesmo assim, as expectativas para a safra de grãos em 2023 são positivas. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima alta de 15,3%, com produção de 312,3 milhões de toneladas, um novo recorde.

Embora diretamente responsável por apenas 8% do Produto Interno Bruto, o agronegócio pode superar os 25% se for considerada toda a cadeia produtiva - que inclui máquinas, pesquisa e serviços.

Não é por acaso que a renda per capita cresceu, entre o segundo trimestre de 2022 e o mesmo período do ano passado, mais de 10% nos principais estados produtores. O Tocantins é o recordista, com 26,1%. A média nacional não deve superar 2% na mesma comparação.

Em prazos mais longos, a disparidade é ainda mais gritante. Cálculos da MB Associados indicam que, de 2012 até este ano, o **PIB** per capita do Centro-Oeste cresceu mais de 10%, ante retração de 4,7% do Brasil em termos agregados.

Todavia o futuro pode ser mais difícil. Além de mudanças climáticas, são óbvios os riscos oriundos da piora da imagem do país na questão ambiental. A decisão da União Europeia de não importar produtos de áreas recentemente desmatadas é um primeiro sinal. Outros embargos virão, se o governo não mudar sua política.

Parcelas modernas do agronegócio devem entender

que não bastará conter pressões vindas do exterior. É do interesse nacional tomar a dianteira e viabilizar mecanismos econômicos para garantir a preservação, o que inclui programas sociais de envergadura para mais de 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia Legal.

Do contrário, o país desperdiçará sua maior vantagem comparativa.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50075>

Brasil retoma crescimento de forma desigual e convive com alta na pobreza

Idiana Tomazelli

Exaltada pelo governo Jair Bolsonaro (PL), a recuperação do crescimento econômico tem sido acompanhada de uma expansão na parcela da população em situação de extrema pobreza, uma combinação perversa que indica concentração de renda no Brasil.

O problema foi agravado pela pandemia de Covid-19, mas já era observado desde 2016, na esteira da crise econômica e política que abateu o país.

Entre 2016 e 2021, houve uma alta de média de 1% ao ano no **PIB** (Produto Interno Bruto), indicador que retrata toda a riqueza gerada no país em determinado período. Já a fatia da população na extrema pobreza cresceu 0,2 ponto percentual ao ano, segundo dados reunidos pela economista Laura Muller Machado, ex-secretária de Desenvolvimento Social do Governo de São Paulo e especialista na área.

"Estamos cuidando do crescimento do **PIB**, mas não tanto de reduzir a pobreza. O **PIB** está crescendo, mas está sendo distribuído de uma maneira mais desigual do que antes da pandemia", diz.

Uma das possíveis razões para essa conjunção de resultados, segundo ela, é a piora na focalização dos benefícios sociais. A despeito da ampliação dos valores pagos e dos esforços para reduzir as filas de quem ainda não recebe, os programas estão alcançando pessoas que não estariam entre as prioridades mais imediatas.

Um sinal que poderia corroborar essa hipótese é a constatação de que hoje, no Brasil, 33 milhões de pessoas passam fome, segundo dados da Rede Penssan, ao mesmo tempo em que o Auxílio Brasil - principal programa de transferência de renda e sucessor do Bolsa Família - contempla 21,1 milhões de famílias e 54,8 milhões de pessoas, um recorde.

Outro indício é a evolução da renda per capita no Brasil. Enquanto os 10% mais ricos tiveram uma queda anual média de 1,16% entre 2014 e 2021, o tombo foi de 7,59% ao ano entre os 10% mais pobres no mesmo período.

Entre 2004 e 2014, o **PIB** também cresceu, mas a

extrema pobreza experimentou uma década de sucessivas reduções. Nesse período, o crescimento anual da renda per capita foi maior entre os mais vulneráveis (7,74%), enquanto o topo da pirâmide social teve um avanço mais tímido (3,49%), abaixo até mesmo da média nacional.

"A gente nunca gastou tanto com transferência de renda. Gastava R\$ 30 bilhões por ano, com a pandemia gastamos dez vezes isso e a pobreza piorou. A gente não focalizou, foi um gasto desordenado", diz Machado.

"A gente organizou direitinho a fila para receber a vacina, primeiro idosos, profissionais de saúde, depois vacinando todo mundo até chegar hoje às crianças. Deveria ser igual na política contra extrema pobreza, ter uma ordenação efetiva, centralizada nos que mais precisam", afirma.

A economista Luiza Nassif, diretora do Made/USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo), avalia que a recuperação recente do crescimento brasileiro, além de pequena, é desigual.

"Quando você olha para o rendimento médio do trabalho, não há uma recuperação geral. Ele não voltou ao nível pré-pandêmico, nem no agregado, muito menos para certos grupos, como mulheres negras", diz. "A recuperação vem mais rápido para quem já estava no topo da pirâmide."

Ela destaca que a metade mais pobre da população concentra 9,8% da renda no país, enquanto os 10% mais ricos respondem por uma fatia de 59,8%, segundo dados de 2019 do World Inequality Database.

Uma forma de corrigir isso, segundo Nassif, é tributar os lucros e dividendos distribuídos para pessoas físicas. Hoje, esses rendimentos são isentos de IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física), beneficiando investidores e a chamada "pejotização", quando trabalhadores atuam como se fossem empresas, prestando serviços para outras companhias.

Enquanto isso, os rendimentos de quem tem carteira assinada são tributados com uma alíquota de até 27,5%.

Em março, a Folha mostrou que a renda declarada por brasileiros com lucros e dividendos subiu a R\$ 384,3 bilhões de 2019 a 2020, uma alta de 7% no ano em que o surgimento da pandemia destruiu milhões de postos de trabalho e levou empresas a cortarem salários de trabalhadores.

Além disso, de cada R\$ 100 declarados como lucros e dividendos, R\$ 70 estavam nas mãos do 1% mais rico -um seleto grupo de 316.348 declarantes que teve rendimentos entre R\$ 603,1 mil e R\$ 2,6 bilhões no ano de 2020.

"Colocar o rico no Imposto de Renda é extremamente importante", diz Nassif. "Reduzir a desigualdade em si já gera crescimento, quem está na base da pirâmide consome mais. Então tem dois pontos, um de justiça social e outro de melhora da economia", acrescenta.

Em 2020, o governo Bolsonaro criou o auxílio emergencial para socorrer famílias vulneráveis em meio aos impactos econômicos severos da Covid-19. O benefício chegou a contemplar 67 milhões de brasileiros nas primeiras rodadas.

Para além dos casos de recebimento indevido, o programa também sofreu uma série de interrupções. Em janeiro de 2021, as famílias caíram no limbo, sem ajuda do governo, e ficaram nessa situação até a renovação do benefício em abril daquele ano.

Os valores também oscilaram. O auxílio emergencial primeiro foi de R\$ 600 por pessoa, depois R\$ 300, depois de R\$ 150 a R\$ 375. Com a transformação do Bolsa Família em Auxílio Brasil, o valor mínimo passou a R\$ 400 por família.

Neste ano, a fila de espera do benefício cresceu e beirou os 2 milhões. Bolsonaro manobrou e obteve apoio do Congresso Nacional para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que autoriza a turbinar gastos sociais em ano eleitoral. Com isso, a espera foi zerada, e o piso do programa chegou novamente aos R\$ 600.

Em meio a essas idas e vindas, especialistas avaliam que a focalização do programa ficou penalizada. As famílias brasileiras de baixa renda também passaram a viver uma "montanha-russa da pobreza", como classificaram os pesquisadores Marcelo Neri e Marcos Hecksher em trabalho publicado pela FGV Social.

"O problema destas flutuações é a baixa capacidade dos mais pobres de lidar com elas, gerando estados extremos de necessidades não satisfeitas", afirmam os pesquisadores, que destacam ser preciso mais estabilidade para essas famílias, uma vez que elas têm baixo acesso a fontes emergenciais de recursos,

como crédito.

O formato do Auxílio Brasil também é criticado. Ao estabelecer um valor mínimo por família, o governo ignora o fato de que lares com maior número de integrantes podem ter necessidades mais amplas. Na configuração atual do programa, um casal com dois filhos menores acaba recebendo um benefício per capita menor que um casal sem filhos.

Na campanha eleitoral, tanto Bolsonaro quanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometem manter o piso de R\$ 600 por família a partir do ano que vem, mas com mudanças.

O atual presidente promete um 13º para famílias chefiadas por mulheres a partir de 2023. Em agosto, 16,9 milhões de beneficiárias se enquadrariam nesse critério.

Já a campanha petista promete um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos. Em agosto, cerca de 8,9 milhões de crianças entre zero e seis anos eram alcançadas pelo programa de transferência de renda.

"A família em vulnerabilidade precisa de estabilidade de renda. Dar no final do ano mais um pouco não resolve o problema do ano inteiro. É melhor ter um critério estável para aquela família fazer as compras do mês, não produzir picos", avalia Laura Machado.

Para ela, dar um valor adicional por crianças é "um pouco melhor", mas o ideal seria rever o modelo do programa e retomar o valor por número de integrantes, como era no Bolsa Família.

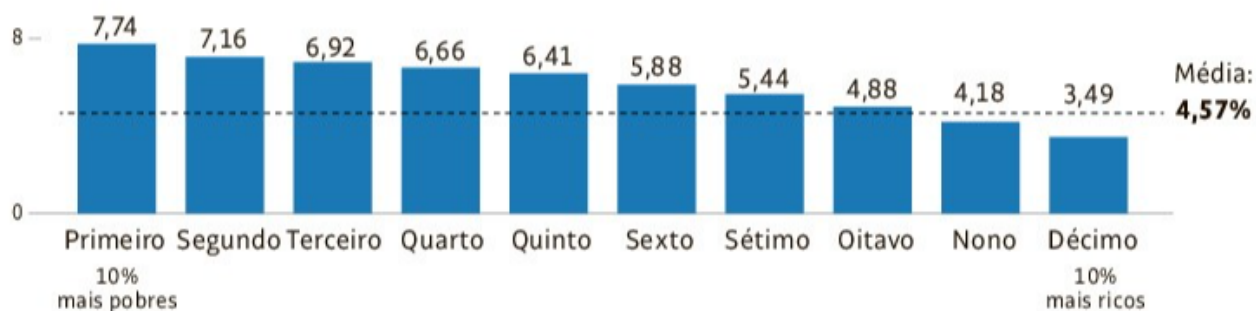
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50075>

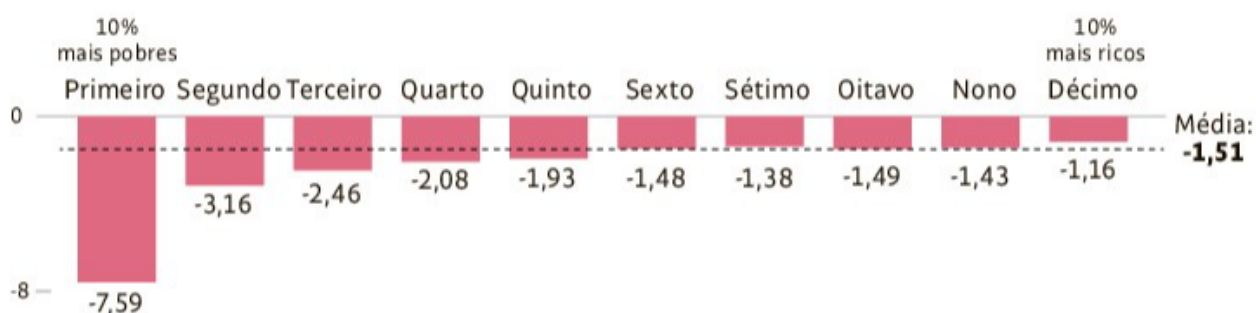
Crescimento concentrado; PIB do país melhora, mas perda de renda entre famílias mais pobres agrava extrema pobreza

Taxa anual do crescimento na renda per capita, por décimos de renda, em %

Média 2004-2014

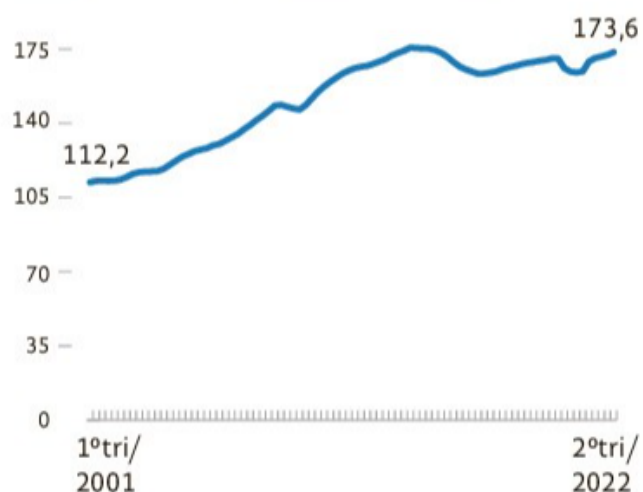


Média 2014-2021

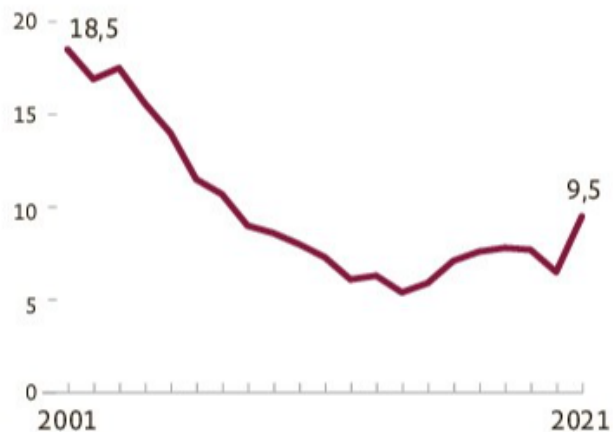


Crescimento x Extrema pobreza

Evolução do nível do PIB (média de 4 trimestres)



Parcela da população abaixo da linha da extrema pobreza, em %



Fonte: Oppen Social/Insper, a partir de estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e PNAD-C.

Dólar dispara e Bolsa despenca sob "efeito Roberto Jefferson"

Clayton Castelani

O mercado financeiro do Brasil trabalhou nesta segunda-feira (24) pressionado pelas preocupações de investidores quanto aos efeitos da crise envolvendo Roberto Jefferson (PTB) sobre a campanha à reeleição de Jair Bolsonaro (PL).

O aliado bolsonarista e político de extrema direita foi preso pela Polícia Federal depois de tentar resistir à ordem judicial. Jefferson disparou mais de 20 tiros de fuzil e lançou duas granadas contra os agentes. Dois deles ficaram feridos, sem gravidade.

No mercado doméstico de ações, a Bolsa de Valores brasileira fechou com expressiva queda. O índice Ibovespa tombou 3,27%, aos 116.012 pontos. Essa foi a maior queda do índice referência do mercado acionário local desde novembro do ano passado. No câmbio, o dólar passou dos R\$ 5,30, com uma valorização de quase 3%, a maior em seis meses.

O desempenho ruim ocorre na contramão do mercado internacional. Nos Estados Unidos, o índice de referência da Bolsa de Nova York, o S P 500, fechou em alta de 1,19% nesta segunda. Os indicadores Dow Jones e Nasdaq avançaram 1,34% e 0,86%, respectivamente.

Analistas consideram que, embora seja difícil avaliar o impacto do evento sobre a campanha de Bolsonaro, é possível que a crise envolvendo Jefferson tenha gerado aversão ao risco entre investidores e que isso esteja entre os fatores que levaram à queda da Bolsa nesta sessão.

"Tivemos um episódio no fim de semana que, talvez, gere um pouco mais de estresse e jogue areia nos olhos para prejudicar um candidato ou outro", comentou André Rolha, diretor de produtos da Venice Investimentos.

Nicolas Farto, especialista em renda variável da Renova Invest, comentou que a leitura que o mercado faz neste momento é de que "o efeito pode, sim, ser ruim para o atual presidente".

Ainda no mercado de ações doméstico, houve forte desvalorização da Petrobras, cujas ações ordinárias mergulharam 9,89%. Os papéis preferenciais da

companhia afundaram 9,20%. Os ativos da estatal não perdiam tanto valor desde o início de agosto.

O tombo da petrolífera ocorreu em um dia de queda apenas moderada do preço de referência do petróleo no exterior. O barril do Brent perdia 0,18% no final da tarde, cotado a US\$ 93,33 (R\$ 492,20).

O dólar comercial à vista disparou 2,97%, maior alta desde abril deste ano, cotado a R\$ 5,3010. O real entregou o pior desempenho tanto na comparação com divisas de países emergentes, quanto em relação às principais moedas globais.

A desvalorização do real, sobretudo em um dia de estabilidade do dólar no mercado internacional como nesta segunda, é um importante indicador de que investidores avaliaram que o risco para investir no Brasil ficou maior.

"É o efeito Roberto Jefferson", afirmou Douglas Ferreira, diretor da mesa de câmbio da Planner Corretora. "O mercado está volátil hoje e muito disso é por conta dessa coisa inusitada que aconteceu", comentou Ferreira, que também destacou que o ambiente externo trouxe informações desfavoráveis ao mercado brasileiro nesta segunda.

A desaceleração da economia da China, principal parceiro comercial do Brasil, ligou um sinal de alerta para as ações de exportadores de matérias-primas, que possuem grande peso no Ibovespa.

O **PIB** (Produto Interno Bruto) da China cresceu 3,9%, abaixo da meta anual de 5,5%, que já é a menor em três décadas. A Bolsa de Hong Kong desabou 6,36% nesta segunda.

A divulgação do dado, adiada da semana passada para esta segunda, ocorre depois que o presidente chinês, Xi Jinping, estendeu seu governo para um terceiro mandato sem precedentes e reforçou seu controle do poder político no 20º congresso do Partido Comunista.

O mercado brasileiro registrou nesta segunda uma situação inversa em relação ao quadro do final da semana passada, quando o Ibovespa acumulou alta de 7%, a maior desde novembro de 2020, superando os também fortes ganhos semanais obtidos pelos

índices de referência no exterior.

Na sexta-feira (21), o índice subiu 2,35% e foi aos 119.928 pontos. As ações ordinárias e preferenciais da Petrobras subiram 3,4% no dia e, com isso, chegaram a uma alta anual na casa dos 90%.

Na ocasião, analistas atribuíram o resultado doméstico ao ânimo de investidores com as pesquisas de intenção de voto que, a uma semana do segundo turno da eleição presidencial, mostravam a aproximação entre os candidatos Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Governo Bolsonaro indica Ilan Goldfajn para concorrer à presidência do BID

O Ministério da Economia anunciou nesta segunda-feira (24) a indicação oficial do ex-presidente do Banco Central Ilan Goldfajn como candidato do Brasil ao cargo de presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Goldfajn é atualmente diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Ele foi presidente do Banco Central entre 2016 e 2019, no governo de Michel **Temer**, e diretor de Política Econômica do órgão entre 2000 e 2003.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

75

Bolsa tomba e dólar salta após prisão de Roberto Jefferson

Dólar comercial

Em R\$



Ibovespa

Em pontos



Fonte: CMA

Economistas veem Copom "anticlimático" nesta semana com proximidade da eleição

Nathalia Garcia Lucas Bombana

A reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) nesta semana não deve trazer grandes surpresas ao mercado. Economistas acreditam que a autoridade monetária deve se manter cautelosa diante do cenário eleitoral.

Depois de ter mantido a taxa Selic estável em 13,75% no encontro de setembro, a expectativa unânime é de que a autoridade monetária manterá os juros inalterados no patamar atual por algumas reuniões, dando início a um ciclo de corte apenas em meados do ano que vem.

Com a decisão sobre o patamar dos juros sem muito espaço para manobras, a atenção dos agentes de mercado estará voltada para o tom da comunicação que será utilizada pela autoridade monetária sobre o cenário projetado à frente.

Sem maiores sobressaltos nas últimas semanas no cenário internacional, com o risco de desaceleração da economia global se mantendo no radar dos investidores, e no cenário doméstico, com as incertezas eleitorais ainda em destaque, os especialistas esperam que o BC apenas reforce seu compromisso na busca do cumprimento das metas de inflação.

"Não deve ter uma alteração relevante em relação à sinalização dada em setembro. A comunicação deve indicar a manutenção da Selic em território significativamente contracionista por um período prolongado, e que o Copom vai manter a vigilância e vai retomar o processo de ajuste se a ancoragem das expectativas não ocorrer conforme o esperado", afirma Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren Renascença e ex-chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do BC.

"Não houve uma alteração relevante no balanço de riscos" desde o encontro de setembro, acrescenta Goldenstein. "O Copom é quase um não evento dessa vez."

Segundo Fernando Gonçalves, superintendente de pesquisa econômica do Itaú, existe certo consenso no mercado de que o BC deverá prosseguir com a comunicação cautelosa adotada no encontro de

setembro, até pela falta de novos fatos que poderiam gerar alguma mudança na condução da política monetária.

"O BC vai reforçar o tom de cautela que já foi adotado na última reunião, indicando que a discussão de cortes de juros ainda está distante", afirma Gonçalves, que prevê o início da redução na Selic no terceiro trimestre de 2023, com a taxa de juros fechando o próximo ano em 11%.

No relatório Focus desta semana, os economistas preveem a taxa básica de juros em 11,25% em dezembro do ano que vem.

Economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale afirma que, além da manutenção de um cenário relativamente estável desde setembro, a proximidade do encontro do Copom com o segundo turno das eleições deve impedir sinalizações mais incisivas em qualquer sentido.

"O **comunicado** do BC deve ser bem anticlímax, porque está muito perto das eleições, o BC não vai ser muito agressivo ou fora do tom usual para não gerar nenhum ruído político", diz Vale.

Sócio e economista da gestora Kairós Capital, Marco Maciel afirma também que, apesar das deflações nos últimos meses, o núcleo da inflação de serviços e de alimentos, que indica o comportamento futuro dos preços, segue ainda em um nível elevado, o que impede que o BC faça neste momento qualquer sinalização no sentido de um corte na Selic nas próximas reuniões.

Trazer as expectativas de inflação de 2024 para baixo será o fiel da balança para o BC decidir sobre o início do ciclo de corte dos juros, diz o economista da Kairós. O mercado trabalha hoje com uma expectativa de inflação em torno de 3,5% para 2024, acima da meta de 3% do BC para o período, diz Maciel.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50075>

Agronegócio brasileiro pode se beneficiar de novo mandato de Xi



Xi Jinping, dirigente chinês, à frente de outros membros do Comitê Permanente do Politburo. Yue Yuewei - 23.out.22/Xinhua

Clayton Castelani

Enquanto o Brasil entra na última semana de uma corrida presidencial incerta quanto ao resultado das urnas e dos estragos que o vale-tudo eleitoral deixará nas contas públicas, um cenário mais certo e potencialmente promissor para a economia brasileira é desenhado a 17 mil quilômetros de Brasília.

Em Pequim, a conclusão neste sábado (22) do 20º Congresso do Partido Comunista pavimenta o caminho de Xi Jinping para o seu terceiro mandato de cinco anos como presidente da República Popular da China.

Xi ganha mais tempo para consolidar seu plano de transição do modelo econômico do gigante asiático, priorizando o crescimento com base no aumento do consumo das famílias, em detrimento dos investimentos em infraestrutura e empreendimentos imobiliários.

Há nessa mudança riscos e oportunidades para os investidores dos mercados de ações e privado do Brasil.

É a busca pela chamada "prosperidade comum" que norteia o líder chinês, termo frequentemente aplicado pelo mandatário para tratar da distribuição menos desigual de riquezas e promoção do bem-estar social.

"O terceiro mandato de Xi Jinping consolida ideias atribuídas a essa gestão nos últimos dez anos, uma delas é a de confrontar a quantidade com a qualidade, buscando portanto um crescimento econômico sustentável do ponto de vista ambiental e social", diz Larissa Wachholz, sócia da Vallya e assessora especial do Ministério da Agricultura para assuntos relativos à China de 2019 a 2021.

Do lado das preocupações, a retração da construção civil chinesa diminui a demanda por aço e, conseqüentemente, pelo minério de ferro. Exportadores dessas mercadorias, como a Vale, estão entre os pesos-pesados da Bolsa de Valores brasileira.

Ventos favoráveis, porém, sopram na direção da cadeia produtiva do agronegócio, responsável por cerca de 25% do **PIB** brasileiro estimado para 2022 pelo Cepea (centro de estudos da Esalq-USP).

Esse setor poderá ser amplamente beneficiado com a permanência de Xi, segundo Roberto Dumas, estrategista-chefe do Voiter e professor de economia chinesa do Insper.

"O que eles querem é que o crescimento seja sobre o consumo das famílias e, numa escala de necessidades, a alimentação vem em primeiro lugar", diz Dumas.

O setor de frigoríficos está entre os mais promissores e não é apenas pela necessidade de garantir segurança alimentar de 1,4 bilhão de chineses, mas também pela mudança no paladar desses consumidores.

"Os chineses estão ficando mais ricos, os salários estão crescendo, e eles estão apreciando cada vez mais a carne bovina", comenta Dumas.

Carne de porco e de frango também devem ter seus mercados ampliados, mas em menor proporção. Wachholz ressalta que a China ambiciona ser autossuficiente na produção dessas proteínas.

Em compensação, a ampliação dos rebanhos no país asiático demandará mais ração animal. Além da soja, devem crescer as compras de milho, sorgo, cevada e

trigo.

É uma necessidade que avança desde o final da última década, quando a febre suína forçou a profissionalização e industrialização da pecuária chinesa, e que ganha ainda mais força agora que o país enfrenta a mais severa seca em 40 anos.

Sem terras aráveis em quantidade suficiente para a produção agrícola para suprir sua demanda, os chineses inevitavelmente reforçarão as compras no exterior.

Outro ponto essencial para entender como a permanência de Xi influenciará o mercado é o comprometimento da liderança chinesa com o combate às mudanças climáticas. O risco que o aquecimento global traz para a produção agrícola é a fonte dessa preocupação.

"Eles estão muito comprometidos em enfrentar as mudanças climáticas porque sabem que, entre as grandes economias, estarão entre as mais afetadas devido à questão da segurança alimentar", afirma Wachholz.

Isso não significa que a China deixará de comprar carne bovina brasileira devido aos problemas relacionados ao desmatamento, embora essa seja uma preocupação que avança entre grupos de consumidores de maior poder aquisitivo.

A prioridade do país diante crise do clima é a substituição gradual de fontes de energia com elevada emissão de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono gerado pela combustão de carvão e petróleo.

Entre as principais apostas para a troca da matriz energética está o hidrogênio verde, com grande potencial de emprego no transporte marítimo de mercadorias que partem dos portos chineses para todos os lugares.

Extraído da água a partir do contato com barras de metal eletrificadas (eletrolise), o hidrogênio só é considerado verde se o alto gasto energético empregado nesse processo tem origem em fontes que não poluem.

É neste ponto que surge a oportunidade de crescimento para ativos de empresas do setor energético brasileiro devido ao seu potencial para geração de energia limpa através de usinas hidrelétricas, parques eólicos e fazendas solares.

"Isso é uma pauta muito relevante para a China hoje e o Brasil tem muita capacidade de absorver investimentos nessa área, que é prioridade para as

multinacionais chinesas", diz a especialista da Vallya.

Especialista no mercado de matérias-primas, Ilan Arbetman, analista de pesquisa da Ativa Investimentos, avalia que as ações dos setores mais importantes da Bolsa brasileira, o petrolífero e o da mineração, encontram dificuldades para espelhar as mudanças em curso na China, país que mais demanda esse tipo de mercadorias.

Até mesmo o preço desses papéis não reflete exatamente o real valor das commodities exportadas, segundo Arbetman.

Os desafios para se investir com foco na demanda externa neste momento, diz o analista, são um retrato do cenário internacional de grande complexidade devido à Guerra na Ucrânia, aos gargalos no escoamento ainda provocados pelo controle da Covid na China e pela ameaça de recessão com a escalada dos juros promovida por bancos centrais que tentam frear a **inflação** mundial.

Para evitar quedas significativas nos preços das commodities em um cenário de contração da demanda, agentes produtores forçam a alta dos preços entregando menos ao mercado.

"Há uma série de forças atuando e hoje o preço responde mais ao ajuste da oferta", diz Arbetman, destacando os seguidos anúncios de corte na produção diária de barris de petróleo por parte da Opep, cartel de países produtores da matéria-prima.

Apostas para o mercado brasileiro

FRIGORÍFICOS

A produção brasileira de carne bovina é estratégica para a China, sobretudo diante da insatisfação do país com outro grande fornecedor, a Austrália, que colabora com EUA e Reino Unido na construção de uma rede de submarinos nucleares

SOJA, MILHO,

SORGO ETRIGO

Em busca da autossuficiência na produção de frango e porco, a ração animal é essencial para a atual etapa de profissionalização dos setores avícola e suinícola da China

TECNOLOGIA AGRÍCOLA

Pesquisa, equipamentos e fertilizantes estão entre os segmentos com grande potencial de crescimento com o aumento da demanda da China por mercadorias

agrícolas

ENERGIA LIMPA

Fontes de energia que não despejam CO₂ na atmosfera são essenciais para a produção de hidrogênio verde, combustível desejado pelos chineses para o enfrentamento da crise do clima

CELULOSE

Danos provocados à cadeia alimentar pela presença de plástico no meio ambiente provoca uma corrida por embalagens seguramente biodegradáveis e, nesse sentido, o papel larga na frente

ALGODÃO

A fibra natural tem função semelhante à realizada pelo papel na substituição de embalagens plásticas

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

75

A saída é pelo centro (Artigo)

Bernard Appy Diretor do Centro de Cidadania Fiscal

O desafio imediato, no próximo domingo, é evitar a reeleição de Jair Bolsonaro. Falo aqui como cidadão preocupado com o futuro da democracia em nosso país, e com a trajetória de crescente intolerância e agressividade que caracteriza este governo. Por isso votarei em Lula da Silva.

Mas, como economista, sei que um eventual governo Lula não será fácil. De um lado, o ambiente internacional será desafiador, por conta da desaceleração do crescimento econômico mundial, da alta dos juros nos países desenvolvidos e do acirramento da tensão geopolítica. É um cenário em que erros na condução da política econômica podem custar muito - inclusive em países desenvolvidos, como vem mostrando o Reino Unido.

De outro lado, o atual governo está deixando de herança uma "bomba" fiscal que dificultará a gestão da política econômica no próximo mandato.

O custo anualizado das medidas de elevação de despesas e redução de receitas tomadas desde o fim de 2021 chega a cerca de R\$ 400 bilhões (4% do PIB). Esse desequilíbrio fiscal - temporariamente compensado pela arrecadação inflada pelos altos preços do petróleo - certamente aparecerá nos próximos anos.

Por fim, não será fácil governar com um Congresso em que se aumentou a participação do Centrão e de parlamentares ideologicamente alinhados a Bolsonaro.

Partindo desse cenário, o desafio para o próximo governo é enorme. É preciso compatibilizar a entrega para a população de melhores programas sociais com a sustentabilidade fiscal e a aprovação de reformas que ampliem o crescimento do País.

Entendo que a melhor forma de alcançar esses objetivos é se aproximando do centro democrático. Essa aproximação é importante politicamente, para evitar que o governo fique refém do Centrão, mas também tecnicamente, para uma gestão que compatibilize responsabilidade social com responsabilidade fiscal.

Há muito em jogo. Uma gestão malsucedida no próximo governo pode resultar na volta de Bolsonaro em 2026. É preciso unir todas as forças políticas que não se alinham ao atual mandatário para que um

eventual governo Lula seja bem-sucedido.

Se a aproximação ao centro democrático é inevitável - não só politicamente, como já está ocorrendo, mas também tecnicamente - por que não fazê-lo agora? Ajudaria a ganhar votos de eleitores indecisos que podem ser importantes num pleito tão apertado.

O desafio imediato é a governabilidade em um cenário desafiador.

Reconsolidada a democracia, poderemos voltar a discutir se queremos uma gestão econômica um pouco mais à esquerda ou à direita.

Bernard Appy Diretor do Centro de Cidadania Fiscal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado reduz para 5,6% projeção de inflação no ano

THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA

As projeções para o IPCA - índice de **inflação** oficial - em 2022 e 2023 caíram, conforme o Relatório de Mercado Focus divulgado ontem, mas a mediana para 2024 voltou a subir.

A projeção para 2022 cedeu de 5,62% para 5,60%, a 17.^a redução seguida. Há um mês, a mediana era de 5,88%. A previsão para 2023 passou de 4,97% para 4,94%, enquanto para 2024 acelerou de 3,43% para 3,50%. Há um mês, as medianas eram de 5,00% e 3,50%, nessa ordem.

As medianas na Focus para a **inflação** em 2022 e 2023 estão se aproximando do teto da meta, mas ainda apontam para três anos de descumprimento do mandato principal do Banco Central (BC). Para 2024, a projeção do mercado está acima do alvo central de 3,00% e aquém do limite superior de 4,50%.

A meta para 2022 é de 3,50%, com tolerância de até 5,00%, enquanto para 2023 é de 3,25%, com banda até 4,75%. Para 2024, os limites são de 1,50% e 4,50%.

Para a política monetária, o BC tem dado ênfase ao período até o primeiro trimestre de 2024.

Considerando esse horizonte, o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciará amanhã como ficará a taxa básica de juros.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SUS perde R\$ 70 bi e está pedindo socorro - PEDRO CAFARDO

PEDRO CAFARDO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365?page=2§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365?page=2§ion=1

Lula junta Meirelles, Marina, Tebet e Arida em ato na PUC

Cristiane Agostine e João Valadares

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365?page=2§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365?page=2§ion=1

Dados de EUA, UE e China apontam para desaceleração global

Paul Hannon e Austen Hufford Dow Jones Newswires

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365?page=2§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365?page=2§ion=1

Desafios fiscais da China

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187365?page=8§ion=2